Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: agosto de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Agricultores duvidam de eficácia da MP 458 - Pedro Paulo Blanco – O Globo – O País – 02/08/2009 6

Estudo revela Amazônia desconhecida e preservada – Andréa Michael – Folha de São Paulo – Ciência – 03/08/2009 7

Mapeamento usa equipamento de alta precisão – Folha de São Paulo – Ciência – 03/08/2009 9

Carta pede que desmate evitado seja lucrativo – Folha de São Paulo – Ciência – 04/08/2009 10

Acordo global sobre clima é debatido no MMA – Sítio Eletrônico do MMA – 04/08/2009 10

Desmatamento na Amazônia cai 33% após aumento da fiscalização – Sítio Eletrônico do MMA – 04/08/2009 11

Diminui o ritmo de desmate na Amazônia – Sítio Eletrônico da CNA – 05/08/2009 12

Diminui o ritmo de desmate na Amazônia – Herton Escobar e Afra Balazina - Estado de São Paulo – Vida & - 05/08/2009 14

Um encrenqueiro a menos no front ambiental - Marcos Sá Corrêa – Estado de São Paulo – Vida &- 05/08/2009 17

Degradação em 2008 foi o dobro do desmatamento – Estado de São Paulo – vida & - 05/08/2009 18

Desmate na Amazônia cai 55%, aponta Inpe – Marta Salomon – Dolha de São Paulo – Brasil – 05/08/2009 20

Dados mostram nova geografia da devastação – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Brasil – 05/08/2009 21

Brasil volta a descartar a adoção de metas para reduzir emissão de gases - Daniel Rittner e Danilo Fariello – Valor Econômico – Brasil – 05/08/2009 22

Senado discute estatuto do produtor – Valor Econômico – Agronegócios – 05/08/2009 25

Lei americana inclui agricultura no comércio de carbono – Sítio Eletrônico da CNA – 07/08/2009 26

"Não vamos repetir Kyoto", diz negociador de clima de Obama – Claudio Angelo – Folha de Sào Paulo – Ciência – 07/08/2009 28

Brasil lidera o uso mundial de agrotóxicos – Paula Pacheco - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/08/2009 29

Minc diz que participação de centrais não atrasa licenças – André Zahar – Folha de São Paulo – Brasil – 08/08/2009 32

Brasil arma ofensiva para acordo de Copenhague – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 09/08/2009 32

"Número é impressionante", diz secretária do clima – Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 09/08/2009 34

Desmate da Amazônia gera 2,5% das emissões globais de carbono – Estado de São Paulo – Nacional – 10/08/2009 36

"Carbono de floresta virou um problema" – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 11/08/2009 38

Falta consenso sobre clima, diz Abag - Patrick Cruz – Valor Econômico – agronegócios – 11/08/2209 41

Conta do clima chega a US$ 300 bilhões por ano – Sítio Eletrônico da CNA – 12/08/2009 42

Itamaraty confirma que Brasil terá meta contra aquecimento – Renate Krieger – Folha de São Paulo – Ciência – 12/08/2009 44

Brasil cobra Ação de países desenvolvidos sobre o clima – Herton Escobar - Estado de São Paulo – Vida & - 13/08/2009 45

ONU diz que metas de países ricos são fracas – Folha de São Paulo – Ciência – 13/08/2009 46

Plano de mudança do clima requer participação dos estados – Sítio Eletrônico do MMA – 13/08/2009 47

Ativos ambientais terão novo cálculo – Lucas Frazão - Estado de São Paulo – Vida & - 14/08/2009 48

Com avanço mínimo, negociação do clima caminha para "desastre" – Renate Krieger – Folha de São Paulo – ciência – 15/08/2009 48

As negociações sobre o clima e seus mitos – José Goldenberg – Estado de São Paulo – 17/08/2009 52

Empresa pode recorrer a fundo – Afra Balazina - Estado de São Paulo – Vida & - 17/08/2009 54

Aura do Nobel se dissolve rápido para painel do clima – Andrew Revkin – Folha de São Paulo – Ciência – 17/08/2009 55

Mulheres querem cota de participação nos Territórios da Cidadania – Sítio eletrônico da Contag - 20/08/2009 57

Governo penaliza a eficiência do agronegócio ao tentar mudar os índices de produtividade, critica Kátia Abreu – Sítio Eletrônico da CNA – 21/08/2009 58

Ruralistas reagem a revisão pró-reforma agrária – Sítio Eletrônico da CNA – 21/08/2009..... 60

Brasil sem metas para redução de emissões – Sítio eletrônico da CNA – 24/08/2009..... 61

Aquecimento abre Ártico para navio comercial – Folha de São Paulo – Ciência – 22/08/2009..... 64

Desmatamento zero – Sítio Eletrônico da CNA – 25/08/2009 64

Amazônia: programa que monitora desmatamento entra em vigor em janeiro – Sítio Eletrônico do CNA – 26/08/2009 64

Desmate perde peso em produção de CO2 – Sítio Eletrônico da CNA – 26/08/2009..... 65

Mudanças climáticas e aridez política – Marco Maciel – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 26/08/2009 67

Desmate perde peso em produção de CO2 – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 26/08/2009 69

Pecuária gera 44% das emissões - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Agronegócios- 27/08/2009 70

Contag discute o papel da agricultura na redução do efeito estufa – Sítio eletrônico da Contag - 28/08/2009 72

Governo estudo criar bolsa-floresta – Lizandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Vida & - 28/08/2009..... 73

Gás emitido pela agricultura ameaça camada de ozônio – Folha de São Paulo – ciência – 28/08/2009..... 74

Revisão triplica custo estimado de adaptação – Folha de São Paulo – Ciência – 28/08/2009..... 75

Floresta volta em 20% da área derrubada – Claudio Angelo e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – ciência – 29/08/2009 76

Pará não consegue impedir avanço do desmatamento – Afra Balazina - Estado de São Paulo – Vida & - 30/08/2009 77

PAC derruba áreas de conservação ambiental – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil - 30/08/2009 78

Vanguarda do clima – Sítio Eletrônico da CNA – 31/08/2009 79

Agricultores duvidam de eficácia da MP 458 - Pedro Paulo Blanco – O Globo – O País – 02/08/2009

Regularização fundiária no Pará esbarra em falta de fiscalização, violência no campo e litígio de terras

BELÉM. Quando chegou a Dom Eliseu — cidade de cerca de 40 mil habitantes no Sudeste do Pará, perto da divisa do Maranhão — para tentar regularizar os 70 hectares onde planta e mora com a família, o agricultor José Domingos Mendonça teve dificuldade para entender a razão que o impediu de preencher os formulários do Incra.

— O Joãozinho Americano chegou aqui dizendo que era dono da terra, mas parece que ele vendeu a parte onde eu moro para uma outra pessoa que já morreu, e por isso a terra não tem mais papel. Daí, o pessoal do Incra disse que não sabia como resolver. E acabou que não resolveram — conta José Domingos, citando John Weaver Davis Jr, o Joãozinho Americano, maior latifundiário da região.

O caso é um dos muitos exemplos de como a indefinição fundiária alimenta conflitos agrários na Amazônia. Os históricos problemas fundiários que tanto marcam a vida de quem sobrevive da região estão longe de chegar ao fim com a medida provisória 458, sancionada pelo presidente Lula em junho, na opinião de moradores da Amazônia Legal e especialistas ouvidos pelo GLOBO.

Meta é regularizar 240 mil imóveis até 2013 A intenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário é regularizar 240 mil imóveis até 2013. Para isso, o governo criou o programa Terra Legal, que nos próximos três anos realizará mutirões para tentar legalizar posses públicas nos estados do Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins. Foi atraído por esse programa que José Domingos tentou, sem sucesso, regularizar sua propriedade.

Do total de lotes estipulado pelo governo federal, 89.785 propriedades estão localizadas em 86 municípios paraenses. A dimensão territorial do Pará enche de dúvidas quem mantém viva a esperança de um dia conseguir o título definitivo da terra onde produz. O agricultor José Ailton Pereira, que ocupa um dos lotes de terra na colônia Rio Bananal, em Dom Eliseu, conta que já foi coagido duas vezes por fazendeiros da região: — Primeiro vieram aqui para matar meu irmão. Ele não estava. Então deixaram recado para todo mundo sair daqui.

Mas se deixar esse lugar vou pra onde? Além de plantar aipim e melancia, Ailton cria algumas galinhas para o sustento da família.

Depois do gole no café que acabara de passar no fogão de barro, desabafa: — Acho que o governo não liga para a gente, não. Até essa nova lei chegar aqui, os fazendeiros da região já expulsaram a gente daqui. Pelo jeito, é só fazendeiro grande mesmo que ganha com o governo.

O pesquisador Paulo Barreto, do instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia

(Imazon), acredita que a MP 458 pode intensificar a cultura da \invasão. O Imazon é responsável pelo estudo mais completo já feito sobre o território paraense. Alguns dados surpreendem, incluindo o de que a área cartorária do Oeste paraense é três vezes maior do que a extensão territorial.

— O governo possui terras públicas que ainda não foram ocupadas e que ele sequer toma para si. A atenção para cuidar desses territórios tem que ser redobrada. Caso contrário, é possível que essa mesma medida seja reeditada daqui a alguns anos — alerta o pesquisador, que também condena a política do governo de conceder gratuitamente alguns títulos de terra.

Para Barreto, mesmo agricultores mais humildes deveriam pagar pelo espaço ocupado para evitar uma futura "desvalorização" do território amazônico.

Famílias não conseguem nem preencher formulários A situação descrita por Ailton é uma das preocupações de quem vive da terra, já que a desproporção de propriedades deixa o pequeno agricultor vulnerável à violência no campo. O procurador da República no Pará Ubiratan Cazzeta acredita que a regularização é o caminho, mas não vê eficiência na MP 458: — O Estado não tem estrutura para fiscalizar essas propriedades e garantir que a legalização seja justa. A intenção é boa, mas o objetivo está longe de ser alcançado.

Vice-presidente da Federação da Agricultura e Agropecuária do Pará (Faepa), Diogo Naves aponta problemas na lei mesmo que ela fosse cumprida à risca.

— A MP 458 não deixa claro que tipo de título será entregue ao agricultor. Caso seja o definitivo, essa pessoa poderá vender a propriedade na hora que bem entender. Basta que um latifundiário compre dez títulos de 1.500 hectares, por exemplo, para aumentar ainda seu espaço.

Outro entrave verificado na prática tem acontecido durante os mutirões do "Terra Legal".

Em Dom Eliseu, mais de mil famílias sequer puderam preencher os formulários do Incra porque as áreas requeridas são alvo de conflitos ou litígio.

— Nem adiantava preencher formulário porque a posse do terreno foi apresentada por outra pessoa. Agora não sei mais o que fazer além de esperar — desabafou Francisco das Chagas, que percorrera 32 quilômetros de chão até a sede de Dom Eliseu.

Estudo revela Amazônia desconhecida e preservada – Andréa Michael – Folha de São Paulo – Ciência – 03/08/2009

Exército prepara mapa inédito de região que ocupa área equivalente à Alemanha

Levantamento cartográfico de área noroeste conhecida como Cabeça do Cachorro tem previsão de demorar 5 anos e custar R$ 150 milhões

Depois de um ano de trabalho, o Exército acaba de concluir a primeira parte de um tipo de levantamento cartográfico inédito na Amazônia.
Na região estudada -que fica a noroeste, é conhecida como Cabeça do Cachorro e ocupa uma área equivalente à Alemanha (350 mil quilômetros quadrados)-, as primeiras conclusões indicam que ali a floresta está mais preservada do que há 30 anos, possui inúmeros igarapés jamais visualizados nas imagens de satélites e perdeu comunidades indígenas pelas dificuldades de sobrevivência.
A partir de 2010, começarão os estudos para avaliar as espécies vegetais da região (principalmente as castanheiras e seringueiras, típicas da floresta existente no local), seu valor comercial, a composição geológica do solo e o desenho pormenorizado dos novos riachos descobertos, trabalhos que serão feito pelo Ministério das Minas e Energia e pela Marinha, respectivamente.
Os resultados vão revelar inicialmente o perfil de São Gabriel da Cachoeira e Barcelos, as duas primeiras das dez microrregiões em que a Cabeça do Cachorro foi dividida para a realização da pesquisa, que ao todo vai demorar cinco anos e custará, incluindo partes náutica e geológica, R$ 150 milhões.
As cartas mais recentes sobre a Amazônia são dos anos 1990 e não incluem a região da Cabeça do Cachorro. "Temos ali um vazio cartográfico, um nada. É difícil até mesmo organizar os trabalhos de fronteira que precisamos realizar", diz o general Augusto Heleno, chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército.

Sem surpresa

Os primeiros resultados do levantamento, feito sob a coordenação do general Ronalt Vieira, não surpreenderam o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), responsável pelos números oficiais do desmatamento no país, nem os ambientalistas.
"Todo o oeste da Amazônia, como é o caso, não possui estradas. Como o acesso é somente por rios, isso dificultada a exploração. E o fato de não se ter gado ali permite uma regeneração rápida da mata, porque o gado compacta o solo e dificulta o florescimento das sementes de maneira natural", diz Dalton Valeriano, pesquisador do Inpe especializado na região.
Segundo números do instituto, o desmatamento de floresta nativa em São Gabriel da Cachoeira caiu de 1.500 km2, em 2003, para 610 km2 em 2007.
Trata-se de uma realidade complemente diferente daquela encontrada, por exemplo, no Estado do Pará, um dos mais atingidos pelo desmatamento, decorrente, primeiro, da exploração ilegal de madeira e, na sequência, do gado.

Dados positivos

Em junho, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, apresentou os números mais novos sobre o desmatamento, que são positivos: de fevereiro a abril, a área devastada foi de 197 km 2, contra 1.900 km2 no mesmo período de 2008.
Ou seja, houve redução de 90%, mas, de acordo com o ministro, a maior quantidade de nuvens neste ano pode ter impedido a captação de imagens de novas áreas desmatadas.

"A inexistência de estradas e a falta de perspectiva de haver doação de área pública são fatores fundamentais para a preservação da região noroeste da Amazônia", diz Paulo Barreto, da ONG Imazon.

Tecnologia

O trabalho do Exército também é inédito pela tecnologia que utiliza, cujas fotos tiradas de um avião ultrapassam a copa das árvores, dando uma visão mais precisa sobre a vegetação e também o relevo, dados que ficavam prejudicados com a limitação de imagens colhidas por satélite, que esbarraram nas nuvens principalmente.

A disciplina militar e o conhecimento da região -boa parte dos soldados envolvidos na ação tem origem indígena- são fundamentais para o trabalho. São 20 dias de viagem por rio para a chegada do combustível à Cabeça do Cachorro.

O avião empregado no trabalho de mapeamento da região começou a voar em outubro. Até o final de maio, foram consumidos 1 milhão de litros de querosene nos voos.

Pelos dados do general Ronalt, nos três próximos anos, tempo em que ele pretende concluir a parte de voo e registro de imagens da região inteira, o avião empregado no trabalho terá voado 900 mil quilômetros quadrados -teria dado, mais ou menos, 40 voltas em torno da terra.

Mapeamento usa equipamento de alta precisão – Folha de São Paulo – Ciência – 03/08/2009

O nome em jargão dá status no meio científico: o Brasil é um dos três únicos países do mundo, ao lado de Estados Unidos e Canadá, que usa a tecnologia conhecida como "banda P". Ela é capaz de, por meio de fotografias, transpor a copa das árvores, as nuvens (o nevoeiro típico chamado "aru") e até as chuvas para obter uma imagem mais precisa, com erro de no máximo cinco metros, em relação ao fato real que se encontra na floresta amazônica.

Para se ter uma ideia do nível de precisão do equipamento utilizado para fazer o mapeamento da Cabeça do Cachorro, no noroeste da Amazônia, o avião que capta as imagens voa a uma altura de 7 km, contra os médios 500 a 600 metros captadores das imagens de radar.

Mas o que se vê na foto tem um erro máximo em relação à localização de cinco metros. Hoje a distância entre o que se visualiza e o que de fato está na mata, na melhor das hipóteses, é de 200 metros de diferença.

Para não se perder, a aeronave sobrevoa quadrados, desenhados virtualmente por meio de triângulos espelhados que reproduzem sinais emitidos pelo avião. Isso impede o piloto de se perder e, ao mesmo tempo, é um problema: os triângulos têm que ser colados, ainda que no meio de rios ou na mata, perfazendo quadrados.
A aeronave escalada para o trabalho voa seis dias por semana, o equivalente a 12 milhões de quilômetros quadrados. **(AM)**

Carta pede que desmate evitado seja lucrativo – Folha de São Paulo – Ciência – 04/08/2009

O Fórum Amazônia Sustentável, que congrega 168 organizações da sociedade civil e empresas do país, entregou ontem ao governo uma carta de princípios com sugestões para a proposta brasileira dos mecanismos de REDD (sigla inglesa para redução de emissões por desmatamento e degradação florestal).
As ações de REDD podem ser um elemento importante para o Brasil e outros países que enfrentam o desflorestamento nas negociações sobre um futuro tratado mundial de clima, que ocorre em dezembro em Copenhague.
Os mecanismos de REDD preveem que a redução do desmatamento contaria como diminuição das emissões de gases causadores do aquecimento global. No caso brasileiro, a derrubada da floresta responde por quase metade dessas emissões.
As sugestões do fórum incluem compensações financeiras para que as populações tradicionais da Amazônia sejam incentivadas a colaborar com as ações de REDD. O documento também defende que essas compensações sejam mais atraentes economicamente do que o desmatamento.

Acordo global sobre clima é debatido no MMA – Sítio Eletrônico do MMA – 04/08/2009

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e o ministro de Energia e Mudanças Climáticas do Reino Unido, Ed Miliband, debateram, nesta terça-feira (4/8), em Brasília, as negociações para que seja possível chegar a um novo acordo para o clima na próxima Conferência das Partes sobre o Clima (COP-15), em dezembro, em Copenhague (Dinamarca), prazo final para um novo acordo global sobre o clima.

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima, em que o Brasil assume metas expressivas de redução do desmatamento em 70% até 2017, foi apresentado ao ministro

britânico. Significa que o país deixará de emitir mais de 4,7 bilhões de CO2, mais que o total previsto pelo Protocolo de Kyoto.

Minc ainda explicou a Miliband que essa não é a única meta do plano. O Brasil terá o incremento da participação do etanol em 10% ao ano na matriz de combustível, o que evitará a emissão de 500 milhões de toneladas de CO2 em dez anos.

Miliband ressaltou que este é o momento para o mundo fechar um acordo global equilibrado para o clima, com a definição de compromissos para todas as partes. Minc completou falando que é preciso ter obrigações diferentes para os países desenvolvidos e em desenvolvimento, levando em consideração todo o histórico de emissões dos países.

Desmatamento na Amazônia cai 33% após aumento da fiscalização – Sítio Eletrônico do MMA – 04/08/2009

Dados divulgados nesta terça-feira (4/8) pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam uma nova queda nas taxas de desmatamento na Amazônia. Relatório de avaliação do Sistema de Desmatamento em Tempo Real (Deter), que registra as derrubadas superiores a 25 hectares, aponta uma redução de 33% em junho, em relação ao mesmo mês do ano passado, para uma cobertura de nuvens de 43%. A área total desmatada ficou em 578,6 Km², contra 840 Km² no mesmo período do ano anterior.

Comparado com os dados de 2007, quando o levantamento foi feito com os mesmos 43% de área coberta, os números relativos caem ainda mais, chegando a 70%. "Se nada de extraordinário ocorrer, teremos a confirmação do menor desmatamento dos últimos 20 anos", disse o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Na avaliação do ministro, os números do Deter podem refletir com mais precisão o desmatamento em junho, principalmente porque a área nublada, não coberta pelo satélite, se encontra fora do perímetro crítico do desmatamento. Estados como o Mato Grosso e regiões como o sul e o leste do Pará, focos históricos da ação dos desmatadores, apresentaram individualmente menor cobertura de nuvens. Em Rondônia, por exemplo, apenas 2% da área do estado esteve encoberta e no Mato Grosso, não houve área fora da detecção.

Desde que teve início o monitoramento via satélite da Amazônia, o menor número registrado foi em 1991, ano em que o desmatamento chegou a 11,5 km². Minc afirmou que espera que no período de junho de 2008 a junho de 2009 esse desmatamento seja ainda menor, estimando que poderá ficar entre 8 e 9 mil Km². Mesmo assim, salienta, "são números altos e não me convencem, pois temos de perseguir o desmatamento zero".

O Pará continua a liderar a lista dos maiores desmatadores. Desta vez o estado foi responsável por 330,36 km², seguido do Mato Grosso, onde foram derrubados 180,96 Km² de floresta. Rondônia registrou 40,20 Km² e o Maranhão 5,37 Km².

O Ibama, a Força Nacional e as polícias ambientais locais estão intensificando as ações contra o desmatamento em toda a Amazônia, segundo informou Bruno Barbosa, coordenador-geral de fiscalização do Ibama. São essas ações, segundo o ministro, as principais responsáveis pela queda nos índices de desmatamento. A operação Arco Verde - Terra Legal, que envolve 14 ministérios, e foi criada para levar alternativas de desenvolvimento sustentável que não implique em desmatamento, segundo ele, só agora foi ampliada e seus efeitos ainda vão aparecer.

Para Alexandre Aragon, secretário nacional de segurança pública substituto, essas ações, que envolvem um efetivo capaz de chegar a mais de 450 homens da Força Nacional, polícias estaduais, policias militares e corpo de bombeiros, além de 550 fiscais do Ibama, tiram de circulação 4 mil e 400 caminhões carregados de madeira por mês na Amazônia Legal.

Diminui o ritmo de desmate na Amazônia – Sítio Eletrônico da CNA – 05/08/2009

Números preliminares sobre o desmatamento da Amazônia apontam para uma tendência de queda no ritmo de derrubada da floresta em 2009. Segundo os dados mais recentes do sistema Deter, divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o desflorestamento acumulado nos últimos 11 meses (de agosto de 2008 a junho de 2009) caiu 55% em relação ao mesmo período de 2007-2008. Porém, segundo especialistas ouvidos pelo Estado, ainda é cedo para dizer se essa tendência se confirmará nas estatísticas finais - apesar das garantias otimistas do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, de que o desmatamento em 2008-2009 o menor dos últimos 20 anos.

Não há como afirmar isso ainda, disse o coordenador do Programa Amazônia do Inpe, Dalton Valeriano. A principal razão é que 43% da região permanece coberta por nuvens e ainda não foi observada pelos satélites - incluindo várias frentes importantes de desmatamento no Pará. Além disso, é preciso levar em conta mudanças no padrão de desmatamento na Amazônia, que está cada vez mais fragmentado em áreas menores, que não são detectáveis pelo Deter. O sistema só identifica clareiras maiores do que 25 hectares.

O que o Deter consegue enxergar está cada vez menos relevante, afirma Valeriano. As estatísticas oficiais de desmatamento são calculadas por um outro sistema, chamado

Prodes, que utiliza imagens de melhor resolução - e que só é calculado uma vez por ano. No final, mesmo faltando apenas um mês para fechar o calendário de monitoramento da Amazônia (que vai de agosto de um ano a julho do outro), é provável que essa tendência de queda seja alterada pela inclusão de áreas desmatadas que ainda estão encobertas no Pará e de desmatamentos menores, que ainda não apareceram no Deter - mas que vão ser detectadas no Prodes.

O relatório de julho do Deter ficará pronto no fim deste mês.

AUMENTO MAIOR - O número oficial do Prodes para 2007-2008 também foi divulgado ontem. Segundo o Inpe, foram desmatados 12.911 quilômetros quadrados de floresta no período - uma área equivalente a quase metade do Estado de Alagoas. São 943 km² a mais do que a estimativa divulgada no fim do ano passado, de 11.968 km² - uma variação de 7,3% que, segundo o Inpe, está dentro da margem de erro de 10%.

Ainda assim, a variação é significativa. O número revisado (12.911 km²) representa um aumento de 12% em relação ao desmatamento de 2007 (11.532 km²), em vez dos 3,7% calculados com base na estimativa anterior. Foi o primeiro aumento na devastação anual registrada pelo Prodes desde 2004.

Este ano, a expectativa do ministro Carlos Minc é que o desmatamento fique entre 8 mil e 9 mil quilômetros quadrados. Só assim o governo conseguirá cumprir a meta estabelecida no Plano Nacional de Mudanças Climáticas, de reduzir em 40% a média anual de desmate no período 2006-2009, em comparação com a média dos dez anos anteriores.

Para isso, o desmatamento acumulado no quadriênio atual não poderá passar dos 46.800 km², segundo cálculos feitos pelo Estado. Na soma dos três últimos anos já foram desmatados 38.552 km², o que deixa um saldo de apenas 8.248 km² para desmatar em 2009 sem estourar a meta do plano.

Apesar do mês de julho, que costuma ser o mês horrível, vamos ter com certeza o menor desmatamento dos últimos 20 anos, quando começou a ser feito esse levantamento, afirmou Minc ontem, em Brasília.

- **Confira a série histórica do desmatamento, mensal e anual**

* AUTORES: Herton Escobar e Afra Balazina. Noticia publicada no Jornal O Estado de S. Paulo desta quarta-feira - 05/08/2009.

Diminui o ritmo de desmate na Amazônia – Herton Escobar e Afra Balazina - Estado de São Paulo – Vida & - 05/08/2009

Números preliminares sobre o desmatamento da Amazônia apontam para uma tendência de queda no ritmo de derrubada da floresta em 2009. Segundo os dados mais recentes do sistema Deter, divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o desflorestamento acumulado nos últimos 11 meses (de agosto de 2008 a junho de 2009) caiu 55% em relação ao mesmo período de 2007-2008.Porém, segundo especialistas ouvidos pelo Estado, ainda é cedo para dizer se essa tendência se confirmará nas estatísticas finais - apesar das garantias otimistas do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, de que o desmatamento em 2008-2009 "o menor dos últimos 20 anos".

"Não há como afirmar isso ainda", disse o coordenador do Programa Amazônia do Inpe, Dalton Valeriano. A principal razão é que 43% da região permanece coberta por nuvens e ainda não foi observada pelos satélites - incluindo várias frentes importantes de desmatamento no Pará. Além disso, é preciso levar em conta mudanças no padrão de desmatamento na Amazônia, que está cada vez mais fragmentado em áreas menores, que não são detectáveis pelo Deter. O sistema só identifica clareiras maiores do que 25 hectares.

"O que o Deter consegue enxergar está cada vez menos relevante", afirma Valeriano. As estatísticas oficiais de desmatamento são calculadas por um outro sistema, chamado Prodes, que utiliza imagens de melhor resolução - e que só é calculado uma vez por ano. No final, mesmo faltando apenas um mês para fechar o calendário de monitoramento da Amazônia (que vai de agosto de um ano a julho do outro), é provável que essa tendência de queda seja alterada pela inclusão de áreas desmatadas que ainda estão encobertas no Pará e de desmatamentos menores, que ainda não apareceram no Deter - mas que vão ser detectadas no Prodes.

O relatório de julho do Deter ficará pronto no fim deste mês.

AUMENTO MAIOR

O número oficial do Prodes para 2007-2008 também foi divulgado ontem. Segundo o Inpe, foram desmatados 12.911 quilômetros quadrados de floresta no período - uma área equivalente a quase metade do Estado de Alagoas. São 943 km² a mais do que a estimativa divulgada no fim do ano passado, de 11.968 km² - uma variação de 7,3% que, segundo o Inpe, está dentro da margem de erro de 10%.

Ainda assim, a variação é significativa. O número revisado (12.911 km²) representa um aumento de 12% em relação ao desmatamento de 2007 (11.532 km²), em vez dos 3,7% calculados com base na estimativa anterior. Foi o primeiro aumento na devastação anual registrada pelo Prodes desde 2004.

Este ano, a expectativa do ministro Carlos Minc é que o desmatamento fique entre 8 mil e 9 mil quilômetros quadrados. Só assim o governo conseguirá cumprir a meta estabelecida no Plano Nacional de Mudanças Climáticas, de reduzir em 40% a média anual de desmate no período 2006-2009, em comparação com a média dos dez anos anteriores.

Para isso, o desmatamento acumulado no quadriênio atual não poderá passar dos 46.800 km², segundo cálculos feitos pelo Estado. Na soma dos três últimos anos já foram desmatados 38.552 km², o que deixa um "saldo" de apenas 8.248 km² para desmatar em 2009 sem estourar a meta do plano.

"Apesar do mês de julho, que costuma ser o mês horrível, vamos ter com certeza o menor desmatamento dos últimos 20 anos, quando começou a ser feito esse levantamento", afirmou Minc ontem, em Brasília.

ESTATÍSTICAS

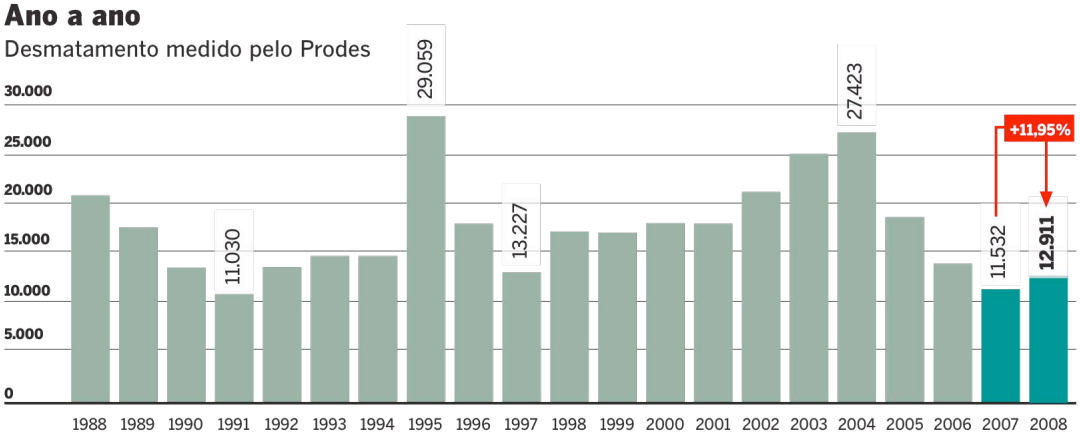
Floresta ameaçada

O Inpe divulgou ontem os relatórios de três sistemas de monitoramento por satélite da Amazônia

EM KM²

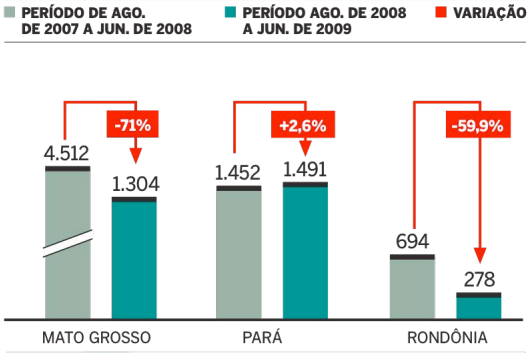
Ano a ano

Desmatamento medido pelo Prodes



Mês a mês

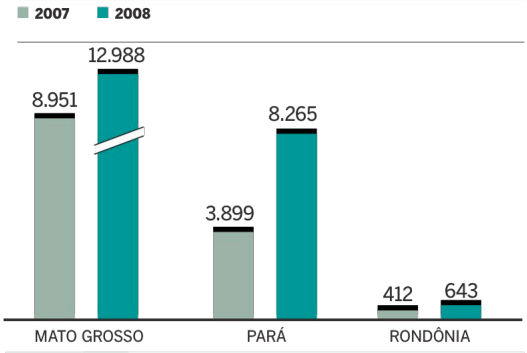
Desmatamento medido pelo Deter, para os três Estados que mais desmatam



TOTAL DO PERÍODO NA AMAZÔNIA 7.823 → -54,9% → 3.538

Ambiente pressionado

Área de floresta degradada medida pelo sistema Degrad, para os três Estados que mais desmatam



TOTAL DO PERÍODO NA AMAZÔNIA 15.987 → +71,5% → 27.417

INFOGRÁFICO/AE

Um encrenqueiro a menos no front ambiental - Marcos Sá Corrêa – Estado de São Paulo – Vida &- 05/08/2009

Do gaúcho José Palazzo Truda, o mínimo que se pode dizer é que ele sempre foi um legítimo encrenqueiro. Pertence à melhor linhagem do ambientalismo brasileiro, a que comprava qualquer briga em favor da natureza. Logo, a uma espécie a caminho da extinção, condenada à obsolescência política pelas verbas oficiais e às rédeas partidárias que trata as ONGs verdes como marionetes do governo.

Em outras palavras, Truda acaba de ser expulso da organização que criou para cuidar das baleias francas, quando o País não apostava um centavo no destino desses bichos, arpoados até 1973 pelas armações que os varreram metodicamente da costa brasileira e só se tornaram ilegais depois que sua ganância as levou à ruína.

As baleias tinham submergido nas águas turvas dos casos desesperados e dos negócios sem remédio quando Truda decidiu que o problema delas seria seu. Era adolescente. E encrenqueiro. Tanto que assinou em Porto Alegre um manifesto contra a caça de baleias e, como ninguém soubesse explicar o destino do abaixo-assinado, levou-o de ônibus a Brasília, para entregar a papelada a alguma autoridade competente.

Por sorte, havia então na capital da República uma autoridade competente. Tratava-se do vice-chefe do Estado Maior das Forças Armadas. E Truda ligou para ele, pedindo uma audiência. O regime militar não estava acostumado a atender estudantes metidos em protestos. Mas o almirante Ibsen Gusmão Câmara, fisgado pela curiosidade, quis conhecer "o menino" que azucrinava ao telefone seu ajudante de ordens.

Nesse encontro começou a volta da baleia franca ao litoral de Santa Catarina. Monitorada, caso a caso, pelo binóculo de Truda, que trancou matrícula na faculdade, acampou meses a fio em beira de praia e, durante 17 anos, dormiu menos em cama do que em banco de trás de carros velhos.

Da teimosia de Truda saiu o Projeto Baleia Franca, instalado na antiga armação de Imbituda – por ironia, a última a pendurar os arpões, na década de 1970. A passagem por ali das fêmeas com seus filhotes durante o inverno na Antártida criou na praia catarinense uma nova estação turística, trazendo cada vez mais hóspedes para hotéis que ficavam desertos na temporada do frio.

A baleia franca viva passou a ser melhor negócio que a baleia franca morta. A ONG que Truda tirou do nada saiu do aperto. Passou a viver do patrocínio da Petrobrás, que usa a popularidade do bicho em seus anúncios, a custa de engolir os desaforos de um ambientalista que raramente tira dos pés as botinas e não tem papas na língua.

Encrenqueiro como sempre, ele nunca perdeu uma chance de desancar o governo Lula e seu projeto de reencarnação, a ministra Dilma Rousseff. Como tudo o que considera adversário aos escrúpulos da conservação ambiental. De quebra, está às turras com o Ministério Público. E isso tem custo.

De encrenca em encrenca, agora que há dinheiro boiando na rota das baleias francas, Truda tornou-se um luxo insustentável. Como acontece em geral com as ONGs ao

crescer e se profissionalizar, o Projeto Baleia Franca passou a pensar na própria sobrevivência. A equipe desembarcou Truda, o encrenqueiro. E, sem ele, o Brasil deu mais um passo para consagrar o modelo de ambientalista que só abre o bico para engolir doações.

Marcos Sá Corrêa é jornalista e editor do site O Eco (www.oeco.com.br)

Degradação em 2008 foi o dobro do desmatamento – Estado de São Paulo – vida & - 05/08/2009

No mesmo ano em que o sistema Prodes registrou 12.911 km² de desmatamento na Amazônia (2007-2008), um novo sistema de monitoramento registrou mais que o dobro disso (27.417 km²) em áreas de florestas degradadas, que sofreram queimadas ou exploração predatória da madeira.

Os números do novo produto, chamado Degrad, foram divulgados ontem pelo Inpe, junto com os dados do Prodes e do Deter - todos sistemas de monitoramento por satélite, com finalidades diferentes. A proposta é que o Degrad funcione como uma ferramenta de alerta para áreas que ainda não foram desmatadas, mas estão caminhando nessa direção.

"Há um processo de degradação da floresta que muitas vezes é progressivo - começa com a exploração de madeira, passa pelo fogo e chega ao desmatamento", disse o Estado o coordenador do Programa Amazônia do Inpe, Dalton Valeriano. Segundo ele, o Degrad visa a "consertar uma informação que era enviesada".

"Quando as pessoas veem aquelas áreas verdes nas imagens de satélite do Prodes ficam com a impressão de que ali há uma floresta intacta. Mas não é isso", diz ele. "A floresta está degradada. Ela simplesmente não foi convertida em pasto ou agricultura ainda."

O Degrad cobre o mesmo período (agosto a julho) e utiliza as mesmas imagens do Prodes. O primeiro relatório cobre os anos de 2007 e 2008. O sistema detecta áreas em que a degradação é tão forte que o solo da floresta fica exposto.

Em 2007, a área degradada observada foi de 15.987 km², dos quais 12% viraram desmatamento em 2008. O Estado com maior área degradada em 2008 era Mato Grosso (12.988 km²).

REDUÇÃO

Mato Grosso, por outro lado, registrou uma forte queda no desmatamento calculado pelo Deter (sistema de menor resolução, que faz medições mensais). No acumulado de 11 meses, de agosto de 2008 a junho de 2009, a redução foi de 71%.

O governo do Estado agora terá de responder à mesma pergunta que foi feita ao governo federal nos três anos em que o desmatamento da Amazônia caiu, entre 2004 e 2007: a queda deve-se a ações de governo ou a pressões de mercado?

Salatiel Araújo, secretário adjunto de Meio Ambiente de Mato Grosso, diz que as ações de governo foram fundamentais. Mas reconhece que a crise econômica refletiu bastante no cenário. "Houve o fechamento de frigoríficos, o que desestimulou o desmatamento."

Clima indefinido – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 05/08/2009

A quatro meses da reunião de Copenhague, Brasil deveria ousar mais nas negociações sobre o aquecimento global

A CONFERÊNCIA de Copenhague, derradeira cúpula internacional sobre mudança climática destinada a produzir um tratado que suceda e vá além do Protocolo de Kyoto, está a apenas quatro meses de distância. Há algumas razões para crer que tal objetivo possa não se realizar, dando lugar à adoção de um acordo fraco ou ao adiamento da negociação.
Uma delas reside na indefinição do governo do Brasil, país ao qual todas as partes atribuem um papel decisivo. De fato, a situação ambiental brasileira é única: economia industrial baseada em energia elétrica de fontes majoritariamente renováveis, com liderança em biocombustíveis e dotada da maior floresta tropical do planeta.
A timidez da administração Lula nesse setor foi posta em evidência, não sem diplomacia, pelo ministro britânico de Energia e Mudanças Climáticas, Ed Miliband, que visita o Brasil. Em entrevista a esta **Folha**, disse esperar "um número para 2020", que evidencie quanto e como o país planeja diminuir suas emissões. "Não necessariamente reduções absolutas, mas desvios de sua trajetória atual", ressalvou.
A declaração resume o que países desenvolvidos esperam dos emergentes que contam - China, Índia e Brasil- na mesa de negociação: compromisso concreto, ainda que limitado, com a redução de emissões de gases responsáveis pelo aquecimento da atmosfera da Terra. Reduzir emissões tem um custo que se subtrai do esforço de desenvolvimento. Há justiça, portanto, na demanda dos emergentes de que nações mais ricas arquem com o esforço maior e inicial para conter o aquecimento global. Também se espera que forneçam capital e

tecnologia para evitar emissões. Mas China, Índia e Brasil não se encontram tão unidos, nessa questão, quanto seria de imaginar.
Os chineses parecem se inclinar para um compromisso com os EUA. Ambos são os maiores emissores da Terra, e nenhum deles dará um passo sem que o outro o faça. Não é pequeno o risco de que essa dependência conduza Copenhague ao mínimo denominador comum e a um tratado pífio, incapaz de realizar a meta de conter o aquecimento abaixo dos 2C neste século.
Já a Índia evolui para uma posição obstrucionista. Jairam Ramesh, ministro do Ambiente do país, admite discutir alguma meta limitada, mas só em 2020.
O Brasil fica no meio. Seu único trunfo está na redução obtida no triênio 2005-2007 para o desmatamento, maior fonte de nossas emissões -que agora volta a aumentar. A ela o governo atrelou a proposta inteligente do Fundo Amazônia -doações voluntárias de países, empresas ou pessoas que só podem ser sacadas na medida em que se reduza o corte de florestas.
O objetivo declarado é diminuir em 80% o desmate até 2020. Um progresso, diante da recusa anterior a adotar qualquer meta. Sendo entretanto um compromisso não obrigatório, parece insuficiente para demonstrar que o Brasil se compromete com uma mudança substancial do atual cenário, que pode levar o planeta a graves transtornos.

Desmate na Amazônia cai 55%, aponta Inpe – Marta Salomon – Dolha de São Paulo – Brasil – 05/08/2009

Faltando apenas um mês para completar o período de coleta da taxa oficial de desmatamento do ano, os satélites do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) registraram uma queda de 55% no ritmo de abate da floresta amazônica. Os dados dos últimos 11 meses indicam que a Amazônia deverá ter a menor taxa de desmatamento desde 1988, quando o instituto começou a medir a devastação.
Ao comentar os dados mais recentes do Inpe, referentes a junho, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) atribuiu a queda do ritmo das motosserras a duas palavras: "controle e pancada". Minc acredita que os efeitos da crise internacional, com queda dos preços de commodities, como a carne, não foram responsáveis pelos números. A pecuária é apontada como principal causa do desmatamento na região.
Minc observou, no entanto, que medidas como o aumento da fiscalização, o corte de crédito para desmatadores e a retirada do gado criado em áreas de desmatamento irregular têm efeito "temporário".
"Mesmo caminhando para o menor desmatamento dos últimos 20 anos, o problema ainda é muito grande. Não me sinto contemplado. Minha esperança são alternativas de desenvolvimento sustentável na região", avaliou o ministro.
A expectativa do ministério é que a taxa anual de desmatamento indique a derrubada de

aproximadamente 9 mil quilômetros quadrados de floresta entre agosto de 2008 e julho de 2009. Isso equivale a seis vezes a cidade de São Paulo.
Na série histórica do Inpe, iniciada em 1988, o menor volume de abate de árvores foi registrado em 1991. Pouco mais de 11 mil quilômetros quadrados de floresta foram cortados, mais de sete vezes o tamanho da cidade de São Paulo.
Em 2008, apesar de várias medidas adotadas no início do ano para conter o desmatamento acelerado, a taxa medida até julho ainda cresceu 12% em relação ao ano anterior e alcançou 12,9 mil quilômetros quadrados. O resultado interrompeu um movimento de três anos consecutivos de queda.
Apesar dos resultados obtidos, o combate ao desmatamento ainda enfrenta resistências, sobretudo no Pará. Ontem mesmo, o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) teve problemas com a operação "Boi Pirata" na região da BR-163, no Pará.
Mesmo após o Tribunal Regional Federal da 1ª Região expedir mandado de segurança favorável à continuidade da apreensão de gado criado em áreas embargadas por desmatamento, o juiz estadual pediu a prisão do coordenador da operação, Leslie Tavares.
Segundo os dados do Inpe, o Pará registrou a maior devastação em junho. Foram 330 quilômetros quadrados, mais de metade do desmatamento registrado no conjunto dos oito Estados da Amazônia, de 578,6 quilômetros quadrados.
Essa extensão do desmate no Pará pôde ser detectada apesar de 49% do Estado estar encoberto por nuvens em junho.
Nuvens são obstáculos ao sistema do Inpe. Quando sua presença é grande, os dados de desmatamento captados pelo satélite ficam subestimados.

Dados mostram nova geografia da devastação – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Brasil – 05/08/2009

O ministro do Meio Ambiente chamou uma entrevista coletiva para comemorar a previsão de queda no desmatamento em 2009. Mas omitiu que os dados divulgados pelo Inpe são quase todos negativos: o desmatamento em 2008 foi quase 1.000 km2 maior do que se estimava; Pará e Maranhão estão fora de controle; e a devastação está cada vez mais espalhada pela Amazônia.
O dado do Prodes (sistema que calcula efetivamente a taxa de desmatamento), divulgado ontem sem alarde pelo Inpe, mostra que a devastação em 2008 foi de 12.911 km2, não de 11.968 km2. O governo vinha se fiando nesse dado para dizer que houve "empate técnico" entre 2008 e 2007. Ou seja, para todos os efeitos, havia queda no desmatamento por quatro anos seguidos.

O novo dado, obtido a partir de 334 imagens de satélite, mostra que a curva virou em 2008 e a devastação voltou a crescer. A tendência para 2009 é de queda.
Mas é na análise da série histórica de dados do monitoramento por satélite que está a notícia mais problemática: o padrão geográfico do desmatamento mudou.
A devastação saiu do chamado Arco do Desmatamento (sudeste do Pará, norte de Mato Grosso e Rondônia) e se concentrou no coração do Pará e no Maranhão. O desmate parece ter se estabilizado em Rondônia e em Mato Grosso. Para o diretor do Inpe, Gilberto Câmara, a destruição está "mais difícil de combater e prever".
Os dois principais focos da "metástase" do desmate são a Terra do Meio e o eixo da BR-163 (Cuiabá-Santarém). O fato de o desmatamento persistir ali significa que as medidas de "governança" adotadas a partir de 2005 -criação de unidades de conservação e interdição de áreas- fracassaram.
Um alerta sombrio para um governo que se prepara, usando as ações na BR-163 como exemplo, para rasgar mais um eixo de devastação na Amazônia, a BR-319.

Brasil volta a descartar a adoção de metas para reduzir emissão de gases - Daniel Rittner e Danilo Fariello – Valor Econômico – Brasil – 05/08/2009

Mesmo comemorando o menor índice de desmatamento na Amazônia Legal desde 1991, o governo brasileiro se esquivou do compromisso de assumir metas obrigatórias e internacionais para emissão de gases do efeito estufa, conforme pediram ontem as principais autoridades dos Estados Unidos e do Reino Unido nas negociações sobre o aquecimento global.

Em visita oficial a Brasília, o enviado especial americano para mudanças climáticas, Todd Stern, e o secretário britânico de Energia e Mudanças Climáticas, Ed Miliband, fizeram o mesmo apelo: os países emergentes, incluindo o Brasil, devem ter metas a partir de 2013, no acordo pós-Kyoto, que será definido - se tudo der certo - em Copenhague, em dezembro.

Miliband e Stern pressionaram o Itamaraty e o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, a adotar um papel mais agressivo nas negociações do clima. Para eles, os emergentes deveriam assumir metas obrigatórias para diminuir a curva atual de crescimento dos gases de efeito estufa, enquanto os ricos se comprometem a cortar suas emissões.

Os EUA, na proposta de nova legislação que ainda tramita no Senado, propõem reduzir em 17% as emissões até 2020, com base nos dados de 2005. O Reino Unido foi bem mais ousado: definiu em 34% sua redução até 2020, com base nas emissões de 1990, quando eram menores.

Minc deixou claro que o Brasil não aceita responsabilidade semelhante à dos países ricos e admitiu "discordâncias". Para ele, os países que mais emitiram "nos últimos 50 anos" devem ter responsabilidade diferenciada. "A bola está com eles", disse.

O ministro lembrou que o governo brasileiro, no Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), estabeleceu metas voluntárias e nacionais para combater o aquecimento global. Com base em números divulgados pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), que indicam o menor índice de desmatamento da série histórica na Amazônia, o ministro observou que o Brasil deverá cumprir com folga essas metas internas. "Isso é melhor do que fixar metas obrigatórias e não cumpri-las", acrescentou.



A previsão do Ministério do Meio Ambiente é que, entre agosto de 2008 e julho de 2009 (período-base), tenham sido desmatados de 8 mil a 9 mil quilômetros quadrados. O recorde anterior era de 11.037 km2, alcançado em 1991. Em junho deste ano, a derrubada de florestas diminuiu 33% em relação a 2008, segundo números do Deter, o sistema de monitoramento por satélites em tempo real do Inpe.

Para ambientalistas, o Brasil pode estar perdendo uma oportunidade para assumir papel de protagonista nas discussões mundiais sobre o clima ao abdicar de metas mais ousadas. "A impressão do governo brasileiro é que a adoção de metas limitaria o crescimento do país, mas essa visão não tem consistência", diz Mario Menezes, diretor-adjunto da ONG Amigos da Terra. "O Brasil não quer metas e acha que os esforços para manutenção de suas florestas têm de ser partilhados com o mundo", diz.

Para João Talocchi, coordenador das campanhas sobre clima do Greenpeace no Brasil, há certa "esquizofrenia" nas posições do governo brasileiro. "Ao mesmo tempo em que o Ministério do Meio Ambiente quer reduzir o desmatamento, a bancada ruralista consegue mudar o Código Florestal, ganhando mais espaço para desmatar." Se resolvesse esses problemas, o Brasil poderia assumir posição de liderança nos debates sobre clima, por ser já um grande emissor e por ter em seu território parte importante para a solução dos problemas, diz. "O governo precisa de mais ações internas para ter discurso embasado lá fora."

Uma importante ação interna que o governo poderia adotar seria uma lei mais enfática sobre o tema, diz Brenda Brito, coordenadora do programa de mudanças climáticas do Imazon. "O PNMC, por exemplo, foi lançado com pompa, mas é vulnerável a mudanças políticas." Uma meta de buscar desmatamento "zero" seria uma importante sinalização de liderança do Brasil em Copenhague, diz ela.

Os números sugerem que, se não houver nova escalada do desmatamento na Amazônia Legal, será alcançada com facilidade a principal meta do plano de mudanças climáticas. Ele estabelece queda da área derrubada por ano para cerca de 11 mil km2 em 2009 e prevê redução de 70% do desflorestamento até 2017, na comparação com a média do período entre 1996 e 2005. Incluindo o desmatamento das florestas e mudanças no uso do solo, que equivalem a três quartos das emissões nacionais, o Brasil está entre os quatro maiores produtores de gases-estufa do planeta.

De agosto de 2008 a junho deste ano, foram desmatados 3.536 km2 de florestas - redução de 55% em relação ao período anterior. O número previsto para o período completo, de 8 mil a 9 mil km2, engloba não só os dados de julho, mas também o monitoramento feito pelo Prodes, que detecta desmatamento em áreas menores.

Senado discute estatuto do produtor – Valor Econômico – Agronegócios – 05/08/2009

O Senado começou ontem a discutir o Estatuto do Produtor Rural. O texto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) promete levantar polêmica com outros setores. A proposta do senador isenta os produtores da responsabilidade por crime ambiental quando não houve sua "participação direta", mas obriga-os a recuperar as áreas degradadas em até dez anos.

Também define como "infração à ordem econômica" o exercício "abusivo" de poder de mercado por fornecedores de insumos e compradores da produção. E estende aos produtores os direitos do atual Código de Defesa do Consumidor.

Relatora do tema, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) pediu cautela nas discussões. "Temos o maior interesse em aprovar o estatuto, mas não podemos ter um texto que piore a nossa situação. Por isso, temos que discutir profundamente essa matéria", apelou a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA).

A proposta, em debate na Comissão de Agricultura, fixa em 30 dias o prazo para concessão de crédito rural pelos bancos e proíbe a "venda casada" de produtos bancários atrelados à concessão de crédito, como seguro rural e títulos de capitalização, por exemplo. Além disso, reafirma o direito do produtor ao preço mínimo, seguro rural e subsídios ao prêmio dessas apólices. Torna gratuito o registro em cartório de contratos de parceria e arrendamento rural. Além disso, determina que toda comunidade rural deve ter ao menos um posto de saúde com enfermeiro e médico em período integral.

O senador Valadares defendeu o texto como forma de dar ao produtor a garantia de lucro, mas também fixar o dever de cumprir a função social da terra. "O estatuto protege o produtor. Com o estatuto, ele terá uma referência mais política e social para a sua atividade", disse. O senador Gilberto Göellner (DEM-MT) reivindicou "segurança jurídica" para investir na terra. "A forma como se produz hoje gera uma insegurança jurídica muito grande ao produtor", disse.**(MZ, com Agência Senado)**

Lei americana inclui agricultura no comércio de carbono – Sítio Eletrônico da CNA – 07/08/2009

Os produtores rurais dos Estados Unidos poderão aumentar sua renda vendendo créditos de carbono se o Senado aprovar o projeto de lei que instaura um sistema de redução nas emissões no país. Estudo preparado pela Agência de Proteção Ambiental (EPA) estima que a receita bruta anual com a venda de créditos de carbono pelos produtores alcançaria US$ 2,1 bilhões no cenário de curto prazo (2012-2018), US$ 7,6 bilhões no de médio prazo (2027-2033) e US$ 28,4 bilhões na projeção de longo prazo (2042-2048). Projetos de redução nas emissões das fazendas gerariam 70 milhões de toneladas em créditos em 2020 e 465 milhões de toneladas em 2050 (cada crédito equivale a uma tonelada).

A opção de comprar créditos gerados por atividades não reguladas (sem obrigação de diminuir emissões), como a agricultura, é prevista na proposta norte-americana e poderia ser utilizada pelas empresas para cumprir parte de suas metas. Anualmente, as empresas poderiam comprar um total de 2 bilhões de toneladas em créditos de atividades não reguladas, inclusive gerados no exterior, como em programas de desmatamento evitado nas florestas tropicais.

Trata-se de um instrumento similar ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto (MDL), que permite a empresas de países desenvolvidos realizar parte de suas metas comprando créditos de carbono de projetos de nações em desenvolvimento.

Seria a primeira vez no mundo que um sistema compulsório de cortes nas emissões incluiria a agricultura com um peso significativo nos esforços de mitigação dos gases de efeito estufa. Se aprovado pelo Senado, o Ato de Segurança e Energia Limpa dos EUA fortalecerá os argumentos de governos, setor privado e segmentos importantes do ambientalismo em defesa de mecanismos de mercado na implementação do REDD (Redução das Emissões do Desmatamento e da Degradação) e da inclusão de projetos agropecuários no cumprimento das metas. Emissões associadas ao uso da terra representam quase um terço dos gases de efeito estufa liberados na atmosfera: a agricultura responde por quase 14% das emissões globais e o desmatamento por outros 17%.

No sistema proposto nos EUA, a receita dos produtores rurais aumentaria gradativamente à medida que as metas se tornassem mais severas, com efeito direto no preço do carbono, que subiria de US$ 13 a tonelada (2012) para US$ 16 (2020), US$ 27 (2030) e US$ 70 (2050), de acordo com as projeções da EPA. A proposta da nova legislação de clima e energia dos EUA, que começaria a vigorar em 2012, prevê redução de 17% nas emissões de gases de efeito estufa medidas em CO2 equivalente em 2020 na comparação com o patamar de 2005 e de 83% em 2050. Quanto menos emissões, mais

escasso será o volume de permissões (direitos de emitir carbono), causando alta nos preços do gás.

Ganho líquido seria significativo

Mesmo subtraindo da receita bruta gastos com a implementação de atividades de redução de carbono para a geração de créditos, ainda sobraria muito dinheiro nas mãos de agricultores e pecuaristas.

Na fase inicial do sistema de redução nas emissões, entre 2012 e 2018, a EPA projeta receita líquida anual de US$ 1 bilhão a US$ 2 bilhões. O valor subiria ano a ano até alcançar US$ 20 bilhões em 2050. Para gerar créditos de carbono, os agricultores desenvolveriam inúmeros projetos tais como o plantio direto (2) e práticas de conservação para fixar carbono no solo, o plantio de florestas e atividades que diminuam a produção de metano em lavouras e criações animais e de óxido nitroso na aplicação de fertilizantes.

O Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) ainda não efetuou seus próprios cálculos relativos à receita com créditos de carbono no setor rural. Por isso, está utilizando os números da EPA, que agrega em suas estimativas a redução de carbono no manejo florestal, atividade que normalmente não entra nas projeções do USDA. De qualquer forma, nos números da EPA usados na análise sobre a nova legislação que o USDA publicou no final de julho, a venda de créditos de atividades agrícolas representa cerca de 70% da receita bruta total de US$ 28 bilhões em 2050 (que inclui o manejo florestal).

“Parece que a médio e longo prazo a receita líquida das compensações (créditos de carbono) provavelmente ultrapassará os custos de implementação da nova legislação climática, talvez substancialmente”, prevê o USDA. Os gastos de agricultores e pecuaristas com eletricidade, combustíveis e fertilizantes aumentariam anualmente em US$ 700 milhões no cenário de curto prazo e US$ 5,6 bilhões na projeção de longo prazo, segundo os cálculos do órgão. Até 2025, o principal impacto no bolso do produtor viria do consumo de combustíveis e eletricidade. Até lá, as vendas de fertilizantes seriam subsidiadas para atenuar os impactos da lei nos custos agrícolas.

* Fonte: Observatório do Clima

"Não vamos repetir Kyoto", diz negociador de clima de Obama – Claudio Angelo – Folha de Sào Paulo – Ciência – 07/08/2009

No que depender do maior poluidor do planeta, um acordo climático significativo e completo pode não ser fechado em dezembro em Copenhague. Quem diz é Todd Stern, enviado especial para mudanças climáticas do governo dos EUA.
Stern esteve ontem no Brasil, como parte de um giro internacional, tentando articular ações conjuntas para obter um acordo em Copenhague que vá além do Protocolo de Kyoto -o único tratado global contra emissões de gases-estufa, cuja primeira fase expira em 2012.
O sucesso do novo tratado depende dos EUA, cuja desistência fez Kyoto naufragar. Apesar de o governo Barack Obama estar comprometido com o tema, a posição americana -e o tamanho das metas de redução de emissões que o país está disposto a aceitar- depende da lei de mudanças climáticas em trâmite no Congresso, que pode não ser aprovada antes de Copenhague.
"Eu não acho que cada elemento do acordo estará pronto em Copenhague", disse Stern à Folha. "Um acordo significativo requer um compromisso forte dos EUA. Se alguns elementos não estiverem prontos em Copenhague, podemos resolvê-los depois."
Mas mesmo as metas que os EUA já se propuseram a cumprir -uma redução de 3% em suas emissões em 2020 em relação a 1990- estão longe dos 25% a 40% que a ciência diz necessários para conter uma catástrofe climática. Muitos países têm criticado a falta de ambição dos EUA, apontando-a como maior obstáculo no caminho do novo acordo.
Segundo Stern, o compromisso final de redução americano "pode ser um pouco mais alto ou um pouco mais baixo", mas não será muito diferente do que foi proposto.
"O foco em 1990 como ano-base [de redução de emissões] não é legítimo", disse o negociador. "Nós estamos propondo uma redução de 20% na próxima década, e de 20% da década seguinte, e assim por diante, o que é provavelmente comparável [ao que outros países vêm propondo]", afirmou.
"Nós não vamos é repetir Kyoto e ter um número que não seja compatível com o que podemos fazer domesticamente." O acordo anterior, que Stern (então no governo Clinton) ajudou a negociar, foi rejeitado por unanimidade pelo Senado dos EUA anos antes de George W. Bush rechaçá-lo.

Brasil lidera o uso mundial de agrotóxicos – Paula Pacheco - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/08/2009

Brasil, segundo estudo da consultoria alemã Kleffmann Group, é o maior mercado de agrotóxicos do mundo. O levantamento foi encomendado pela Associação Nacional de Defesa de Vegetal (Andef), que representa os fabricantes, e mostra que essa indústria movimentou no ano passado US$ 7,1 bilhões, ante US$ 6,6 bilhões do segundo colocado, os Estados Unidos. Em 2007, a indústria nacional girou US$ 5,4 bilhões, segundo Lars Schobinger, presidente da Kleffmann Group no Brasil. O consumo cresceu no País, apesar de a área plantada ter encolhido 2% no ano passado.

Apesar do grande volume de recursos movimentados pela indústria no mercado brasileiro, o consumo por hectare ainda é pequeno em relação a outros países. De acordo com o levantamento, o gasto do produtor brasileiro com agrotóxico ainda é pequeno, se comparado a outros países. Em 2007, gastou-se US$ 87,83 por hectare. Na França, os produtores desembolsaram US$ 196,79 por hectare, enquanto no Japão a despesa foi de US$ 851,04. Por esse motivo, o presidente da consultoria acredita que a tendência nos próximos anos é que o Brasil se estabilize na primeira colocação no consumo de agrotóxico.

O Brasil leva vantagem na pesquisa por se tratar de um país com grande área cultivada e também pelo tamanho da produção que sai do campo. "O País é o grande produtor de alimentos do mundo, lidera praticamente em todos os produtos agropecuários", comenta Ademar Silva, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul).

Para Schobinger, o aumento do consumo de agrotóxico traz vantagens ao País. "Dessa forma, é possível aumentar o ganho de produtividade. O uso desses produtos facilita o controle de pragas a que estamos mais expostos por sermos um país tropical", explica.

NOVAS PRAGAS

Em parte, o aumento do uso de agrotóxico tem a ver com o surgimento de pragas. Até seis anos atrás, cita o executivo da Kleffmann, não se falava, no Brasil, da ferrugem da soja. Para combater as pragas, a indústria corre atrás de pesquisas e lança produtos no mercado.

"O aumento tem a ver também com o crescente uso de tecnologias no campo. Quanto mais avançado o sistema produtivo, maior o consumo de agrotóxico. Neste momento é importante fazer um balanço da relação entre risco e benefícios do seu uso", diz Luís Rangel, coordenador de Agrotóxicos do Ministério da Agricultura.

Segundo Schobinger, há evolução não apenas no combate a novas pragas, mas nas diferentes formas de usar o agrotóxico. No Brasil, tem crescido ano a ano a utilização nas sementes, em substituição à pulverização das lavouras, o que costuma causar mais danos aos trabalhadores e ao ambiente.

Apesar do uso crescente de agrotóxicos no País, a relação com os produtores continua difícil, segundo o presidente da Famato. "Os preços só caíram cerca de 30% na safra de verão porque os Estados Unidos, grande mercado para essa indústria, estão em crise e é preciso desovar a produção. Além disso, tivemos duas safras muito ruins por aqui nos últimos anos e a situação do produtor ficou mais delicada", diz Silva.

Ele acredita que a lua de mel deve durar pouco. "Basta o mercado internacional se recuperar para os preços subirem novamente. A indústria tem esse poder. É ela quem faz o preço."

Na opinião de Luiz Cláudio Meirelles, gerente geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a liderança brasileira preocupa. "São substâncias tóxicas que são objeto de ação regulatória no mundo. No Brasil, temos dificuldade de ação de controle, falta de recursos humanos e falta de laboratórios, enquanto a velocidade de consumo avança", detalha. Atualmente, há cerca de 450 ativos usados na produção de agrotóxicos registrados na Anvisa e os pedidos para a concessão de mais licenças não param de chegar.

No início da semana, representantes de 64 indústrias asiáticas, a maioria chinesa, se reuniu em São Paulo para conhecer melhor as regras do mercado interno. Foi a terceira edição da feira China-Brazil AgroChemShow.

A segunda maior fabricante de glifosato do mundo, a chinesa Fuhua, planeja mandar para o Brasil 30% das suas exportações a partir do ano que vem, quando espera já ter os registros da Anvisa para três produtos .

Licença ambiental passará por centrais sindicais - Adauri Antunes Barbosa – O Globo – O País – 07/08/2009

Portaria do ministério e do Ibama permite que entidades opinem no processo de licenciamento de empreendimentos

SÃO PAULO. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, assinou ontem portaria conjunta de sua pasta e do Ibama que permite às entidades sindicais de trabalhadores opinarem no processo de licenciamento ambiental de um empreendimento empresarial.

Segundo a portaria — assinada durante o 10oCongresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em São Paulo —, os empreendedores ficam obrigados a incluir no Estudo de Impacto Ambiental e no Relatório de Impacto Ambiental (Rima) capítulo específico sobre "alternativa de tecnologias limpas para reduzir os impactos na saúde do trabalhador e no meio ambiente, incluindo poluição térmica, sonora e emissões nocivas ao sistema respiratório".

— Todos os licenciamentos têm programa de mitigar em relação à fauna, mitigar em relação à flora. Mas não têm de mitigar em relação à saúde do trabalhador.

Então, a gente está introduzindo, no que já existia, a ecologia humana. Acho que é um avanço — disse Minc.

Além da portaria, Minc assinou também um protocolo com a CUT para que a central instale, em no máximo 60 dias, um fórum nacional de debates de questões ambientais, para o qual serão convidados representantes de outras centrais sindicais.

O presidente da CUT, Artur Henrique dos Santos, lembrou que no congresso da entidade, que termina hoje em São Paulo, estão sendo criadas as secretarias nacionais de Meio Ambiente e de Saúde do Trabalhador da entidade.

Ministro afirma que medida não atrasará processo Perguntado se a medida não vai contra a posição do presidente Lula, que frequentemente critica os excessos da legislação ambiental que atrasam a liberação de projetos, inclusive do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Minc disse que não haverá atraso de nem um dia nas licenças.

— Essa portaria não atrasa um dia nenhuma licença. Zero de atraso. As pessoas vão ter o direito de saber o que respiram, vão ser ouvidas, vão poder pegar os resultados, vão poder acompanhar — garantiu o ministro, falando de medidas já tomadas pelo ministério, que tornam os licenciamentos ambientais mais ágeis sem "afrouxar rigorosamente em nada o vigor".

De acordo com a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), não há problema em consultar também os trabalhadores, uma vez que já são parte envolvida e contemplada no impacto ambiental retratado no Rima. Mas, de acordo com Nilton Fornasari Filho, gerente do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp, a falta de especialistas na área nos sindicatos e nas centrais sindicais dos trabalhadores poderá fazer com que haja atraso na liberação dos projetos.

— O que nos preocupa é que vai haver mais uma instância, o que pode levar a mais demora na aprovação de um licenciamento ambiental. É preciso ver também se vai haver pessoal capacitado para avaliar os relatórios e estudos ambientais — disse o representante da Fiesp.

Para Minc, no entanto, mesmo estando o empreendedor obrigado a informar e esclarecer aos trabalhadores "as condicionantes estabelecidas na licença de instalação", não haverá atraso nos licenciamentos.

— Vai ter um prazo para (as entidades sindicais) se manifestarem.

Enquanto isso outros pontos do licenciamento estão andando em paralelo, quer dizer, o licenciamento ambiental não cessa para as centrais sindicais se manifestarem. São processos simultâneos, um não interfere no outro

Minc diz que participação de centrais não atrasa licenças – André Zahar – Folha de São Paulo – Brasil – 08/08/2009

Uma portaria do Ministério do Meio Ambiente ampliou a participação das centrais sindicais na concessão de licenças ambientais para empreendimentos econômicos. A medida, assinada na quinta-feira, deve ser publicada no Diário Oficial na próxima semana.
Ontem, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), afirmou que a iniciativa, recebida com ressalvas por empresários, não vai "atrasar nem um dia" as obras.
Pela portaria, o PBA (Programa Básico Ambiental), exigido para a obtenção da licença, será submetido à central sindical que represente a principal categoria dos funcionários. A central poderá se manifestar sobre a poluição a que empregados estarão sujeitos dentro e no entorno do empreendimento.
O ministro, que participou ontem de reunião do comitê do Fundo Amazônia no BNDES, no Rio, disse que o PBA será analisado ao mesmo tempo pelas centrais e pelos órgãos ambientais.
"Quando são feitos estudos ambientais, se faz previsão de diminuir o impacto na flora e na fauna, mas não nos tímpanos e pulmões. Agora o empresário será obrigado a apresentar estas medidas. As sugestões [dos trabalhadores] podem ou não ser acatadas", disse.
O governo também obriga os empreendedores a incluírem no relatório de impacto ambiental um capítulo sobre tecnologias limpas e exige um programa específico voltado à saúde do trabalhador.
A Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) avalia que a nova medida pode atrasar a implementação dos projetos.
Para o diretor do departamento de meio ambiente, Nelson Pereira dos Reis, o despacho é "redundante", pois os relatórios de impacto ambiental já contemplam a saúde do trabalhador e o licenciamento prevê audiências públicas abertas a todos.
Reis sustenta que as centrais podem não ter pessoas tecnicamente preparadas para questões ambientais. "Nossa preocupação é criar mais um elo burocrático, mais um setor a ser ouvido. Isto pode redundar em um postergamento do processo de licenciamento".
A CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a Força Sindical apoiaram as iniciativas do Ministério.

Brasil arma ofensiva para acordo de Copenhague – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 09/08/2009

Cansado de ser visto como um entrave às negociações e temendo o naufrágio de um novo acordo contra o aquecimento global, governo brasileiro resolveu montar uma ofensiva para a conferência do clima de Copenhague, em dezembro. A estratégia inclui uma reviravolta nas posições do Brasil e a aceitação de metas de corte de emissões. Isso mesmo: metas. A palavra, alertam membros do governo, não deve ser tomada em sentido estrito. Ninguém espera que países como o Brasil, a Índia e a China adotem neste momento compromissos obrigatórios, como aqueles que os países ricos adotaram no Protocolo de Kyoto. Porém, pela primeira vez, o Brasil porá na mesa um número do total de emissões que se dispõe a reduzir até 2020.
O número será calculado com base na meta interna de redução de desmate do Plano Nacional de Mudança Climática. Pelo plano, o país se propõe a cortar o desmatamento na Amazônia em 70% até 2017, em relação à média de 1996 a 2005. Como esta é a principal fonte de emissões do país, respondendo só em 2008 por cerca de 470 milhões de toneladas de gás carbônico, transformar a meta do plano em compromisso externo equivaleria a mais do que a União Europeia se dispôs a fazer até agora -reduções de 20% em relação a 1990 até 2020, exceto pelo Reino Unido, que se propôs a 34%. Compromissos de redução de desmatamento em outros biomas, como o cerrado, também poderão entrar na conta.

Namas

A meta brasileira será depositada num registro internacional de Namas (sigla em inglês para Ações Nacionalmente Apropriadas de Mitigação). Nesse registro ficam listados tanto as ações dos países em desenvolvimento quanto os compromissos financeiros dos países ricos. Uma vez depositada como Nama, ela passa a ser um compromisso externo, auditável por qualquer outro país.
Com isso, o Brasil espera criar um constrangimento para os países desenvolvidos e forçar, ao mesmo tempo, que eles assumam metas mais ambiciosas no acordo de Copenhague e que ponham mais dinheiro para financiar o combate às mudanças climáticas nos países em desenvolvimento. Também pretende arrastar nações recalcitrantes do Terceiro Mundo -em especial a Índia.
O governo brasileiro teme que a falta de ambição com a qual os países chegam para discutir metas em Copenhague produza um acordo fraco.
Um grupo apelidado de G3, constituído por representantes do Itamaraty e dos ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Ciência e Tecnologia (MCT) prepara neste momento um documento ("white paper", no jargão diplomático) detalhando a nova posição brasileira.
A próxima rodada de discussões internacionais do acordo do clima acontece a partir de amanhã, em Bonn (Alemanha). Será uma semana de discussões informais, na sede da UNFCCC (Convenção do Clima das Nações Unidas), para começar a formatar o texto a ser negociado em Copenhague.

De vanguarda a entrave

Por trás da mudança de posição está uma percepção de que o Brasil pode ganhar muito com a transição para uma economia de baixo carbono: afinal, o país tem uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, é líder na tecnologia de biocombustíveis e a maior parte de suas emissões (o desmate ilegal) está descolada do desenvolvimento econômico.
Há também um sentimento no governo de que o país pode marcar presença política internacional liderando em Copenhague, que o negociador-chefe do Brasil na área, Luiz Alberto Figueiredo Machado, chama de "o processo internacional mais importante do ano".
Esse protagonismo foi perdido após Kyoto, em 1997.
Naquela época, a ação do Brasil foi decisiva para o protocolo. Mas o mundo mudou desde então: as emissões dos países pobres cresceram aceleradamente e o desmatamento foi reconhecido como um problema climático sério.
O Brasil insistia -por razões de soberania- em deixar suas florestas de fora das negociações de clima e em se aferrar ao chamado princípio da responsabilidade histórica, que considera a proporção de culpa dos países ricos no aumento da temperatura nos últimos 150 anos.
Isso tem feito com que qualquer menção a metas para países subdesenvolvidos fosse sumariamente rejeitada.
"O pessoal abusa muito do princípio da responsabilidade histórica", diz Luiz Gylvan Meira Filho, do Instituto de Estudos Avançados da USP, um dos negociadores brasileiros em Kyoto. "Eu sei porque fui eu quem inventou esse negócio."

Evolução

A posição brasileira começou a mudar a partir de 2005, quando o MMA conseguiu que o Itamaraty e o MCT aceitassem incluir a redução do desmatamento no novo acordo. Foi o embrião do Fundo Amazônia.
Em 2007, na conferência de Bali, o Brasil ajudou a quebrar o impasse ao propor um esquema que permitia aos EUA e aos países pobres (que estão isentos de metas por Kyoto) a adotarem compromissos "mensuráveis, reportáveis e verificáveis", de redução de emissões.
Em junho deste ano, a atuação do Itamaraty foi decisiva para convencer a China e a Índia a aceitarem o compromisso, firmado pelos 17 maiores emissores do mundo, de limitar o aquecimento global a 2C em relação à era pré-industrial. Esta cifra era uma antiga demanda da ciência -com a qual o próprio Brasil não concordava.

"Número é impressionante", diz secretária do clima – Reinaldo José Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 09/08/2009

O compromisso do Brasil com metas de redução de gases-estufa oriundos do desmatamento foi confirmado por Suzana Kahn Ribeiro, secretária de Mudanças Climáticas

do Ministério do Meio Ambiente, durante debate realizado na última terça-feira na **Folha**. Ribeiro, que participou da discussão junto com Ed Miliband, ministro de Energia e Mudanças Climáticas do Reino Unido, e Marcelo Furtado, diretor-executivo do Greenpeace Brasil, disse também que o governo brasileiro já está comprometido "com um número impressionante" de redução de emissões de dióxido de carbono, "que é mais do que qualquer outro país propõe".

A secretária do MMA se refere à proposta presente no Plano Nacional de Mudanças Climáticas, que fala em cortar 70% dessas emissões até 2017 (tomando como base a média anual do desmatamento entre meados dos anos 1990 e meados da atual década). Ribeiro declarou que essas metas deverão ser "mensuráveis, reportáveis e verificáveis" diante da comunidade internacional, podendo estar atreladas à ajuda financeira que os países ricos destinarão às nações em desenvolvimento no âmbito de um novo acordo global sobre o clima, a ser fechado neste ano.

Bom, mas nem tanto

Ed Milliband disse que o governo britânico receberá bem a proposta. "É um anúncio importante. Fico contente que o Brasil terá clareza nos seus números para 2020", afirmou ele. A expectativa é que negociações substanciais sobre o tema aconteçam em dezembro, na 15ª Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas, em Copenhague.

Já Furtado, do Greenpeace, misturou elogio e crítica em sua análise. "Não concordo que a meta do Brasil, em si, seja impressionante. Mas o que é impressionante, e precisa ser registrado, é a mudança da posição brasileira em relação a metas. Antes, quando a gente mencionava o assunto, os negociadores do Itamaraty tinham um ataque de alergia e iam parar no hospital", brincou.

O debate no auditório da **Folha** ajudou a ilustrar as dificuldades de costurar um acordo realmente global sobre mudanças climáticas. De um lado, Miliband, que visitou o Xingu e conheceu comunidades indígenas de lá, argumentou que a mudança climática "é o símbolo supremo de como a humanidade se tornou interconectada" e defendeu a transição para uma "economia verde".

Embora tenha concordado, a secretária brasileira também lembrou o direito dos países em desenvolvimento de ocupar seu "espaço de carbono" por causa das necessidades inerentes ao crescimento econômico.

Já Furtado, questionado sobre a possibilidade de o Greenpeace amenizar sua oposição à energia nuclear em nome do clima, disse: "Vou responder curto e grosso. Não". Ele declarou que a ONG ainda considera a energia eólica e a solar as melhores opções para o futuro.

Desmate da Amazônia gera 2,5% das emissões globais de carbono – Estado de São Paulo – Nacional – 10/08/2009

O desmatamento da Amazônia brasileira contribui com aproximadamente 2,5% das emissões globais de gases do efeito estufa (GEEs), responsáveis pelo aquecimento global, segundo um cálculo preliminar feito por cientistas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

O volume de carbono emitido é enorme. Porém, proporcionalmente menor do que se imaginava, segundo o diretor do Inpe, Gilberto Câmara. A estimativa inicial, diz ele, era de que o desmatamento na Amazônia brasileira respondia por 5% das emissões globais de GEEs (principalmente dióxido de carbono, ou CO2). O novo cálculo foi feito numa reunião com cientistas do instituto na sexta-feira, após uma consulta feita pela reportagem do Estado.

Câmara enfatiza que é uma estimativa preliminar, que ainda precisa ser refinada - mas que não deve desviar muito dessa ordem de grandeza. A conta foi feita com base na taxa de desmatamento de 2008, que foi de aproximadamente 13 mil km².

O diretor do Inpe aproveita para questionar outra estimativa que vem sendo citada amplamente nos debates internacionais, de que o desmatamento acumulado no mundo produz 20% das emissões globais de GEEs. Esse número, segundo ele, é baseado em dados superestimados da Fundação das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que adota como média para o Brasil um desmatamento anual de 30 mil km² - muito acima do real.

Nos últimos 20 anos, segundo os dados do próprio Inpe, a média anual de desmate na Amazônia brasileira foi de aproximadamente 18 mil km².

"Não há base científica confiável para esses 20%", disse Câmara ao Estado. Ele acredita que uma estimativa mais realista seja em torno de 10%, conforme um trabalho publicado pelo World Resources Institute.

O cálculo dos 20% é citado nos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e tem servido de base para as negociações internacionais a respeito da contribuição do desmatamento (e dos países em desenvolvimento) para o aquecimento global.

"O IPCC chancelou esse dado porque ninguém dos países em desenvolvimento se deu ao trabalho de ir atrás do número real", afirma Câmara - acrescentando que o Inpe está empenhado em fazer esse cálculo. "Foi um dado que ninguém se interessou em contestar."

Os novos números, segundo Câmara, não diminuem em nada a necessidade de estancar o desmatamento. Mas diminuem, sim, o efeito que essa redução pode ter sobre as mudanças climáticas na escala global.

As implicações são grandes para a negociação do novo acordo climático que deverá ser fechado em dezembro, em Copenhague, na próxima Conferência das Partes (COP) da Convenção do Clima das Nações Unidas. "É muito conveniente para os países desenvolvidos que as emissões por desmatamento nos países em desenvolvimento sejam altas", avalia Câmara. "Quanto maior a nossa contribuição (para o aquecimento global), menor a deles."

Três reuniões preparatórias ainda serão realizadas antes de Copenhague. A primeira começa hoje em Bonn, na Alemanha.

DESMATAMENTO EVITADO

Os novos cálculos apresentados por Câmara alteram também o cenário das discussões sobre Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD), que é um dos temas críticos na agenda do Brasil para Copenhague. O REDD é um mecanismo proposto que permitiria aos países desenvolvidos receber créditos de carbono pelo financiamento de projetos de conservação que reduzam o desmatamento nos países em desenvolvimento.

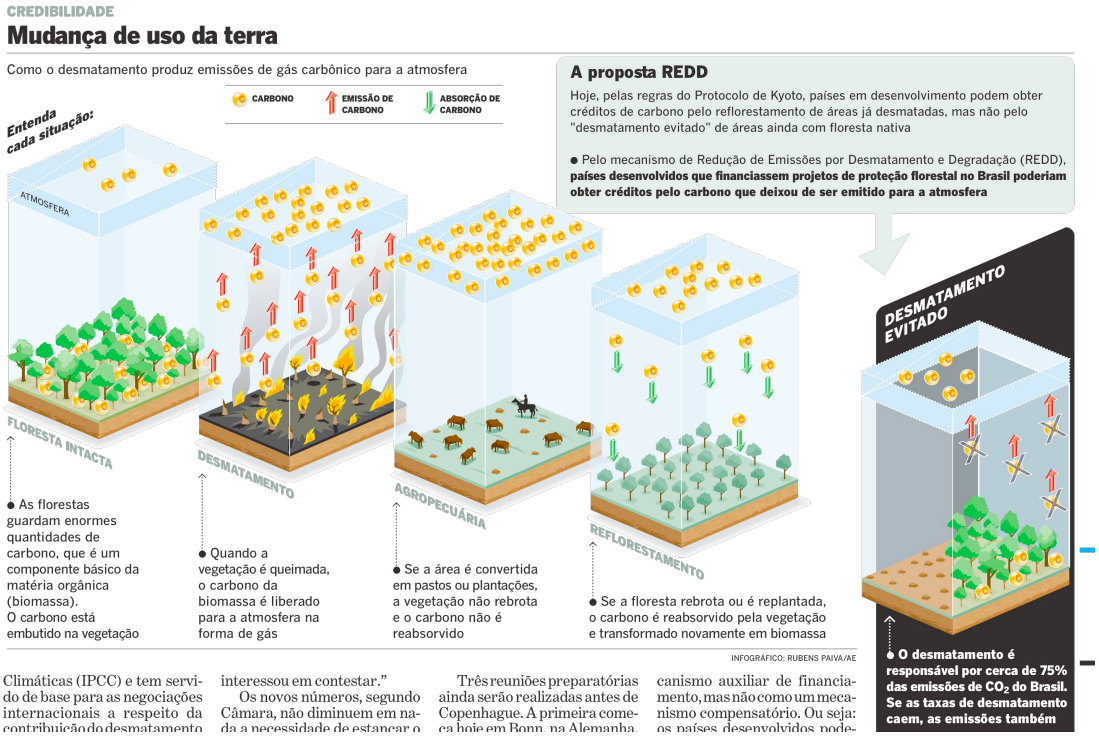
O governo brasileiro aceita negociar o REDD como um mecanismo auxiliar de financiamento, mas não como um mecanismo compensatório. Ou seja: os países desenvolvidos poderiam financiar projetos de conservação e até obter créditos de carbono, mas não usar esses créditos para compensar suas próprias emissões.

Na visão do Itamaraty e de representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia que participam das negociações, isso daria uma saída fácil para os países desenvolvidos cumprirem suas metas sem precisar reduzir substancialmente suas emissões por queima de combustíveis fósseis - que é o maior problema global.

"Não adianta querer salvar o clima com florestas; não adianta mesmo", diz a diretora de Relações Internacionais do Inpe, Thelma Krug, uma das principais representantes do Brasil na Convenção do Clima.

"A floresta preserva estoques de carbono, mas não reduz emissões", diz o diplomata André

Odenbreit, do Itamaraty. "Se dermos créditos de carbono para conservação aqui, alguém vai emitira mais em outro lugar. A conta simplesmente não fecha." Além disso, diz ele, se o Brasil exigir compensações para não desmatar suas florestas, outros países poderão exigir o mesmo para não explorar suas reservas de petróleo.



Climáticas (IPCC) e tem servido de base para as negociações internacionais a respeito da contribuição do desmatamento

interessou em contestar."

Os novos números, segundo Câmara, não diminuem em nada a necessidade de estancar o

Três reuniões preparatórias ainda serão realizadas antes de Copenhague. A primeira começa hoje em Bonn, na Alemanha

canismo auxiliar de financiamento, mas não como um mecanismo compensatório. Ou seja: os países desenvolvidos pode-

"Carbono de floresta virou um problema" – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 11/08/2009

Governadores da Amazônia deveriam pensar duas vezes antes de assinar contratos de venda de créditos de carbono por desmatamento evitado. A opinião é justamente do maior defensor de um mecanismo de mercado para carbono de florestas, Kevin Conrad, 40. "Nós chamamos o mercado voluntário de ouro de tolo", afirmou. "Eles vão assinar contratos e o dinheiro não virá, porque ele não existe." Funcionário do governo de Papua-Nova Guiné, Conrad lidera a Coalizão das Florestas

Tropicais, um grupo de 40 países que desde 2005 tenta incluir um mercado para o carbono de florestas no novo acordo contra o aquecimento global.
Esse mecanismo, o chamado Redd (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), está hoje em negociação no âmbito da Convenção do Clima das Nações Unidas e deve ser definido em dezembro em Copenhague.
Ontem, em Bonn (Alemanha), teve início uma nova rodada de negociações do novo acordo, com um alerta do secretário-executivo da convenção, Yvo de Boer, de que "o tempo está se esgotando".
Na ONU, Conrad tem protagonizado disputas com a delegação brasileira. O Brasil defende que o Redd seja feito apenas de fundos voluntários, como o Fundo Amazônia, que não valem créditos comercializáveis.
A coalizão defende um mecanismo de mercado -mas um mercado regulamentado global, e não os acordos voluntários que vêm pipocando por aí. Em entrevista à Folha, o papuano explicou por que está tentando combater os mercados voluntários em seu país e fez sua previsão para Copenhague: "Estamos num bom caminho para um acordo que não seja ambicioso". Leia a seguir.

★

FOLHA - Na conferência de Bali, em 2007, o sr. disse ao governo dos EUA para "liderar ou sair do caminho". Para quem o sr. diria isso hoje?
KEVIN CONRAD - Eu ainda acho que os EUA, talvez não a administração Obama em si, mas alguns dos senadores no Congresso, ainda precisam desse tipo de bronca. Ainda há muito jogo de empurra vindo dos EUA: "Os EUA não farão isto se a China não fizer aquilo", ou "nós vamos andar devagar porque nossa economia é muito complexa". Há muitas pré-condições que nós esperaríamos que não viessem do maior emissor de todos os tempos. Estamos indo a Copenhague montados nas costas de uma desaceleração econômica. Os principais emissores têm interesse em andar mais devagar hoje. Eu acho que nós temos uma chance boa de ter um acordo que não seja ambicioso.

FOLHA - O sr. apoia a proposta brasileira de licenciamento compulsório de tecnologias de energia?
CONRAD - Acho que seria útil. Se o licenciamento de tecnologias for um impedimento a economias mais limpas, precisamos pensar em como fazer as coisas acontecerem, é isso o que o Brasil está tentando.

FOLHA - Hoje há duas visões em debate sobre o Redd. De um lado está o Brasil, defendendo fundos voluntários. Do outro, a Coalizão das Florestas Tropicais, liderada pelo sr., defendendo um mecanismo de mercado. Que visão prevalecerá?
CONRAD - Ambas. O que a coalizão está dizendo é que nós precisamos dar um passo de cada vez. Precisamos mobilizar fundos voluntários para ajudar os países a se prepararem. Não podemos soltar as forças do mercado imediatamente. Mas, em toda a história da humanidade, não houve nenhum momento no qual países ricos tenham mobilizado capital suficiente para enfrentar problemas nos países do Terceiro Mundo voluntariamente.

FOLHA - A Noruega se comprometeu a dar US$ 1 bilhão para o Fundo Amazônia...
CONRAD - Claro, a Noruega deu US$ 1 bilhão, e nenhum outro país além da Alemanha se comprometeu. Se você olha para o que é necessário, nossa projeção é algo entre US$ 30 bilhões e US$ 60 bilhões por ano.

FOLHA - São US$ 30 bilhões a US$ 60 bilhões para proteger florestas?
CONRAD - Nós estamos no processo agora de valorar cada um desses estágios. Quanto precisamos para cada país, por ano, para ajudá-los a chegar aonde o Brasil está? O Brasil tem satélites, consegue detectar desmatamento, mandar fiscalização. Muitos outros países não chegaram lá ainda. Quanto custa para eles chegarem? Esse é o estágio do meio, o da demonstração. E, apenas quando você tiver preparado instituições e políticas que sejam robustas o suficiente para permitir as forças de mercado, você teria a opção de um mercado. O que o Brasil está dizendo é para ficarmos felizes com os dois primeiros estágios e considerar o mercado num acordo futuro.

FOLHA - O sr. então não defende que o mercado comece a operar já?
CONRAD - Se um país está pronto para entrar num mecanismo de mercado, ele deve ter o direito de fazê-lo. Mas a imensa maioria dos países do Redd ainda não está pronta, e precisará de vários anos de um mecanismo de fundos para se preparar.

FOLHA - O governo brasileiro diz que um mercado para desmatamento evitado livraria os países ricos de reduções domésticas ao dar-lhes a liberdade de comprar créditos florestais baratos.
CONRAD - Esses são medos de um processo desregulado. Nenhum de nós quer ver os países do Anexo 1 [industrializados] terem uma desculpa para continuar com seu estilo de vida de emissões altas. O que propomos é que o Anexo 1 tem de adotar metas maiores se quiser usar o Redd. Não pode ser uma cláusula de escape, como o MDL [Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, criado do acordo de Kyoto, segundo o qual países ricos podem comprar créditos de países pobres]. É curioso que o Brasil não queira uma cláusula de escape para o Redd, mas esteja feliz com uma cláusula de escape para o MDL. Isso é hipocrisia. O que estamos pedindo é que, quando a UE vem e diz que vai adotar uma meta de 20% de redução de emissões ou de 30% se os países em desenvolvimento fizerem alguma coisa... é disso que precisamos. Que, se o Redd chegar ao mercado, eles se voluntariem a ir de 20% para 30% ou de 30% para 40%.

FOLHA - Há um outro problema no mercado para o Redd que é de ordem filosófica: você estaria pagando as pessoas para fazerem algo que a lei já exige que elas façam.
CONRAD - Isso pode ser verdade no Brasil, mas não na maioria dos países em desenvolvimento. Em Papua-Nova Guiné, 97% das terras estão em mãos de proprietários privados. E não há lei que diga que eles não podem cortar as árvores; as árvores são deles. O Brasil está à frente dos outros. Não podemos desenhar um mecanismo de Redd baseado no Brasil.

FOLHA - Qual será o futuro do Fundo Amazônia? Haverá dinheiro?
CONRAD - Eu acho que foi um primeiro passo muito importante, mas não acredito que se tornará viável e funcional com o modelo de doação existente.

FOLHA - Qual é a situação de Papua no combate ao desmatamento?
CONRAD - Estamos concentrados agora em duas questões: primeiro, fazer as análises que o Brasil já faz: entender onde o desmatamento acontece, por quê, e o que fazer para contê-lo. A outra coisa é que estamos tendo problemas com pessoas que tentam assinar contratos voluntários [de Redd] que usam padrões diferentes dos que a Convenção do Clima usa. O Brasil está tendo esse problema também. Estamos tentando refrear a introdução desses padrões e criar um padrão único.

FOLHA - O sr. recomendaria a governadores no Brasil, por exemplo, que mergulhassem nesse mercado?
CONRAD - Eu acho que é um negócio arriscado, porque não há certeza de que haverá dinheiro suficiente. Todo o mercado voluntário no ano passado foi de US$ 700 milhões, no mundo. Um único Estado no Brasil pode beber todo esse dinheiro e ainda haveria desmatamento. Nós chamamos o mercado voluntário de ouro de tolo. Ele representa menos de 1% do mercado global de reduções compulsórias. Essas coisas que os governadores estão assinando não são parte da Convenção do Clima. Vários desses governadores não estão fazendo a análise econômica adequada. Eles vão assinar contratos e o dinheiro não virá, porque ele não existe, não está no mercado.

Falta consenso sobre clima, diz Abag - Patrick Cruz – Valor Econômico – agronegócios – 11/08/2209

A Conferência de Copenhague, cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU) para a discussão das mudanças climáticas, está a menos de quatro meses de seu início, e o Brasil, um dos países-chave no tema - entre outros motivos por abrigar a maior parte da floresta amazônica - , não tem consenso sobre que propostas apresentar no encontro. A constatação é dos próprios representantes da cadeia do agronegócio, reunidos ontem no 8º Congresso Brasileiro de Agribusiness, organizado pela Associação Brasileira de Agribusiness (Abag).

"De certa forma, o trabalho está desordenado. É preciso uma tese mais centralizada, mais consensual", disse Carlo Lovatelli, presidente da entidade. Os membros da Abag apresentaram propostas que acreditam ser cruciais na discussão do tema, mas relataram a dificuldade de fazer com que as ideias sejam defendidas com outras organizações na

conferência, que será realizada em dezembro. A crítica, portanto, soou também como um mea-culpa.

Entidades, grupos de entidades, empresas e governo estão diluindo a força que poderiam ter se falassem a mesma língua, segundo o dirigente. "O agronegócio brasileiro tem força nessa discussão, mas assim não atingirá seus objetivos. É difícil termos agenda comum, mas precisamos trabalhar juntos. No exterior, tem muita gente dando palpite, metendo o dedo no nosso quintal. Não estamos conseguindo pedir a contrapartida. Esperamos que o governo faça isso".

O Brasil tem conseguido reduzir o ritmo das queimadas na Amazônia. A floresta que escapa do fogo poderia ser "negociada" como créditos de carbono, segundo uma proposta defendida pela Abag - em outras palavras, os países mais ricos remunerariam o Brasil por não transformar em cinza, ou pastagem, a mata que ficou de pé. "A redução do ritmo de queimadas vale crédito de carbono. Matas ciliares, também", disse Ingo Plöger, diretor da Abag. Nos EUA, disse, não há vegetação nativa às margens dos rios; no Brasil, a exigência é de manutenção de 50 metros de mata a partir da margem.

Nas tratativas sobre o que o Brasil deve defender em Copenhague - e em toda a discussão ambiental -, cada parte atira para o lado que acredita ser mais conveniente, segundo a constatação feita ontem, mas há boas notícias, avaliaram os dirigentes. Foi destacado o fato de que o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, garantiu que até o fim do ano o zoneamento econômico e ecológico será nacionalizado.

O Protocolo de Kyoto, sob o qual os países ricos comprometeram-se a reduzir emissões de gases, expira em 2012. Para renová-lo, a comunidade internacional tem que discuti-lo. Os membros da Convenção Quadro da ONU sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC) vão se reunir em Copenhague para esse fim.

Conta do clima chega a US$ 300 bilhões por ano – Sítio Eletrônico da CNA – 12/08/2009

O compromisso dos países ricos de financiar projetos para diminuir os efeitos das mudanças climáticas em países emergentes dificilmente será alcançado em dezembro, quando vai ocorrer a reunião de cúpula da ONU sobre mudanças climáticas, em Copenhague. A avaliação é do secretário-executivo da convenção, Yvo de Boer.

Estima-se que o montante necessário para pagar projetos de mitigação seja de US$ 200 bilhões por ano, mais US$ 100 bilhões anuais para projetos de adaptação às mudanças climáticas.

Para Yvo de Boer, é preciso mais tempo para que os países ricos aceitem desembolsar tais quantias. A maior parte desse dinheiro, diz ele, viria dos governos e o restante, de investimentos no mercado de carbono.

— Eu não acho que nós teremos um acordo para os US$ 300 bilhões em Copenhague. Nós precisamos de um tempo para chegar lá. US$ 300 bilhões depois de uma crise é pedir muito — disse o secretário, que participa de um evento preparatório para a conferência, em Bonn.

Mercado de carbono: uma alternativa em debate Essa visão é compartilhada pelo negociador chefe da delegação brasileira, Luiz Alberto Figueiredo, do Itamaraty.

Quando o assunto é financiamento, a maior preocupação do Brasil é com o mecanismo REDD (Redução de Emissões por desmatamento e Degradação de Florestas), que deverá ser regulamentado na Convenção de Copenhague. Como a maior parte das emissões de CO2 brasileiras vem do desmatamento, a chave das negociações do governo passa por instrumentos internacionais que o ajudem a pagar a conta do combate ao problema.

O diplomata brasileiro defende que haja financiamento "adequado? e de diferentes fontes para diminuir o desmatamento na Amazônia, atualmente em torno de 11 mil km2 por ano. Ele não descarta a possibilidade de o mercado de carbono ser uma dessas fontes.

— O financiamento para o combate ao desmatamento virá de várias fontes, inclusive do mercado de carbono, com cuidado para não ter quebra da integridade do sistema climático — resumiu Figueiredo.

Brasil quer liderar países em desenvolvimento Para o Greenpeace, o perigo é que o mercado de carbono entre nessa conta, dando créditos para que outro país emita mais CO2 em troca de uma emissão que não deixará de acontecer, e não de uma emissão que será cortada. Nessa equação, as emissões globais, ao invés de caírem, acabarão subindo.

— Enquanto o mercado de carbono não estiver regulado, não é recomendável que seja usado para pagar o combate ao desmatamento — explicou João Talocchi, da

Campanha de Clima do Greenpeace.

Figueiredo confirmou que o Brasil irá mesmo apresentar em Copenhague o volume da diminuição de emissões que deverá fazer no médio prazo.

A fórmula dessas reduções, disse, ainda está sendo discutida, mas terá como base as ações e números apresentados no Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

Segundo o documento, lançado no final do ano passado, o Brasil pretende diminuir o desmatamento em 70% até 2017, o que levaria a reduções da ordem de 4,8 bilhões de toneladas de carbono. Os números que deverão ser apresentados ao mundo serão, segundo o diplomata, verificáveis.

— Nós temos o potencial de reduzir bastante. Pode representar mais do que estão fazendo os países desenvolvidos.

Temos que ser ambiciosos — disse, completando que, com isso, o Brasil, além de puxar outros emergentes para assumirem compromissos, dará ao país a condição de cobrar cortes mais agressivos dos países ricos.

- Autora: Catarina Alencastro. Noticia publicada no Jornal O Globo desta quarta-feira - 12/08/2009.

Itamaraty confirma que Brasil terá meta contra aquecimento – Renate Krieger – Folha de São Paulo – Ciência – 12/08/2009

O Brasil deverá apresentar números específicos de redução de emissões de gases poluentes durante a conferência do clima de Copenhague, em dezembro, confirmou ontem o Itamaraty. Serão "ações quantificadas", afirmou Sérgio Serra, embaixador extraordinário para a mudança do clima, durante reunião informal da Convenção do Clima das Nações Unidas que acontece em Bonn, Alemanha, até sexta-feira.
Ainda se discute como esse número será calculado. Mas, apresentando objetivos quantificados no âmbito da convenção o país poderá ser cobrado internacionalmente sobre

as suas ações no combate ao aquecimento global e ao desmatamento na Amazônia. A proposta representa uma mudança de posição do Brasil em relação à adoção de metas de redução pelas nações pobres. "Mas o número também servirá para colocar uma exigência maior aos países desenvolvidos, já que a meta tem potencial para ser maior que a soma de reduções de vários deles", disse Luiz Alberto Figueiredo Machado, negociador-chefe de clima do Brasil.
"Só espero que não seja um discurso vazio", disse João Talocchi, coordenador da campanha de clima do Greenpeace. "Não adianta nada chegar aqui com um plano bonito ao mesmo tempo em que se constroem estradas como a BR-319 na Amazônia, por exemplo." Sobre as críticas que vêm sendo feitas ao país por não querer a inclusão, no mercado de carbono, do Redd (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), os diplomatas brasileiros em Bonn disseram que o financiamento para evitar o desmatamento viria de várias fontes -até do mercado de carbono.
Para Figueiredo, a rodada de discussões em Bonn evidenciou que falta avançar nas discussões do financiamento de ações de combate ao aquecimento global. "Hoje, não se diria que haverá um resultado ambicioso", disse Serra. O Secretariado da Convenção do Clima da ONU pede US$ 250 bilhões dos ricos para os países mais pobres. Mas os ricos querem financiar grande parte dessa quantia com dinheiro conseguido no mercado de capitais.

Brasil cobra Ação de países desenvolvidos sobre o clima – Herton Escobar - Estado de São Paulo – Vida & - 13/08/2009

Ontem foi a vez de os países em desenvolvimento cobrarem mais transparência e mais ação por parte dos desenvolvidos no combate às mudanças climáticas. Após várias horas de debate sobre as metas de redução de emissões que as nações industrializadas estão colocando na mesa para o próximo período do Protocolo de Kyoto, o Brasil fechou o dia de negociações com uma intervenção enfática do representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, José Domingos Miguez.

"Todo mundo diz que é preciso reduzir as emissões urgentemente, mas não é isso que eu vejo nos números", disse Miguez ao microfone, levantando uma lista com estatísticas de emissão de carbono dos países do chamado Anexo 1 - aqueles que têm obrigação de reduzir suas emissões dentro do Protocolo de Kyoto.

A soma mostra que as emissões agregadas do grupo caíram levemente entre 1990 e 2006, mas só graças à Rússia e Ucrânia, que reduziram muito sua atividade industrial após o desmembramento do bloco soviético. Sem esses dois países, a soma das emissões do Anexo 1 aumentou, calculou Miguez. "Depois dizem que a gente é que é o vilão, que a gente é que

não está fazendo nada."
Além disso, todas as metas apresentadas até agora para o segundo período de compromisso do protocolo, que começa em 2013, estão abaixo do que se considera necessário para manter a elevação da temperatura global sob controle (no mínimo 40% até 2020).

"Onde está essa tal urgência?", cobrou Miguez. "Vocês querem comer o omelete sem quebrar o ovo", completou o negociador brasileiro, indicando que os países desenvolvidos querem se proteger do aquecimento global, mas não se mostram dispostos a fazer os sacrifícios necessários para reduzir suas emissões nesse sentido.

Em vez disso, teme-se que a estratégia do Anexo 1 seja transferir indiretamente a responsabilidade de reduzir emissões para os países em desenvolvimento, por meio da compra de créditos de carbono. Brasil, China, Índia, África do Sul e vários outros cobraram estimativas de quanto das metas propostas pelos países desenvolvidos será compensada via mercado de carbono e quanto será resultado de reduções reais de suas emissões domésticas. Nenhuma foi apresentada.

"Se houver muito uso de compensações, as emissões per capita dos países desenvolvidos continuarão altas", disse um diplomata chinês. Nesse cenário, os países do Anexo 1 continuariam a emitir grandes quantidades de carbono, deixando o esforço maior de reduzir emissões (e produzir créditos) para os países em desenvolvimento.

Há uma pressão por parte de países do Anexo 1 para que o mercado de carbono seja expandido e flexibilizado na próxima etapa de Kyoto, incorporando mecanismos de compensação, como o de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) - que o Brasil defende que não seja compensatório (mais informações nesta página). O encontro de Bonn é uma das últimas reuniões preparatórias para Copenhague, em dezembro, onde deve ser feito o acordo final sobre as metas.

ONU diz que metas de países ricos são fracas – Folha de São Paulo – Ciência – 13/08/2009

O futuro acordo para reduzir as emissões de gases do aquecimento global vai ser um fracasso -a menos que as nações industrializadas aumentem muito suas propostas de corte nas emissões.
A afirmação é de John Ashe, funcionário da ONU que coordena as negociações sobre o tema nesta semana em Bonn, na Alemanha. De acordo com Ashe, as propostas dos países ricos estão muito abaixo da redução entre 25% e 40% nos gases-estufa em relação aos

níveis de 1990.
Esse número é o mínimo necessário, segundo cientistas, para evitar o pior da mudança climática. "Sem isso, teremos um fracasso nas negociações por um acordo global em Copenhague, em dezembro", afirma Ashe.
Por enquanto, levando em conta os países industrializados sem os EUA, a redução das emissões até 2020 ficará entre 15% e 21% em relação a 1990.

Plano de mudança do clima requer participação dos estados – Sítio Eletrônico do MMA – 13/08/2009

A secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, Suzana Kahn, disse ser de fundamental importância a participação de estados e municípios na consolidação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), pois segundo ela, o plano está entrando em uma fase que vai exigir extrema capilaridade. "Nossa abordagem agora é sobre o que está sendo feito nos estados para que essas ações de enfrentamento se ajustem ao PNMC".

Suzana Kahn participou nesta quinta-feira (13/8) pela manhã do painel "O Plano Nacional de Mudanças Climáticas e o Papel dos Estados no Enfrentamento ao Aquecimento Global", no I Congresso da Abema, que debate o papel dos estados na política ambiental brasileira. O congresso prossegue até esta sexta-feira (14/8) e contará com a presença do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, em seu encerramento, às 16 horas.

A secretária lembrou aos participantes sobre a importância de o Brasil ter um plano sobre mudanças climáticas, informando que ele é dinâmico e deve ser reavaliado constantemente, para que possa ser implementado em consonância com os desejos e desígnios da sociedade brasileira.

De acordo com ela, o Brasil já convive com aumento real de temperatura e por isso é inevitável a fase de adaptação, para que o país possa atingir as metas previstas no PNMC. Suzana informou que o território brasileiro será extremamente afetado por essa realidade, pois é essencialmente agrícola, possui uma grande área costeira, e muitos recursos hídricos. "O Brasil não pode ser prejudicado em seu desenvolvimento, por isso mesmo temos que encontrar uma solução o mais rápido possível", disse.

Como exemplos de ações dos estados para a redução de emissões e atingimento das metas do PNMC, a secretária listou a Carta dos Ventos, assinada em junho, em Natal (RN), a questão do licenciamento e os fóruns estaduais de mudanças climáticas, que vêm fazendo seus inventários de emissão, considerados um importante instrumento de política ambiental.

Participaram do painel, ainda, o representante do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas e Biodiversidade de São Paulo, Fábio Feldmann, a secretária estadual do

Ambiente do Rio de Janeiro, Marilene dos Santos, o presidente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), Fernando Fernandes Rei, e a secretária estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas, Ana Catarina Lopes.

Ativos ambientais terão novo cálculo – Lucas Frazão - Estado de São Paulo – Vida & - 14/08/2009

De maneira inédita no País, uma iniciativa do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) deve normatizar o envolvimento de empresas com questões ambientais. Preparada por oito meses pelo Grupo de Estudos de Informações de Natureza Ambiental, uma norma de contabilidade socioambiental foi apresentada no fim de julho, no Rio, durante o 1º Congresso Internacional de Contabilidade Socioambiental. Agora, passa por audiência pública e deve entrar em vigor a partir de 2010.

O documento estabelece diretrizes para uma empresa adaptar sua área contábil. As principais indicações referem-se ao reconhecimento de ativos e passivos ambientais. Sugere a criação de contas para calcular, por exemplo, quanto se gasta com equipamentos que gerenciam impactos ao ambiente, como uma estação de tratamento de efluentes, ou multas e indenizações por dano ambiental.

Uma das pesquisadoras envoividas no projeto, Maísa Ribeiro defende que investimentos ambientais sejam separados. “Esperamos que sejam criadas linhas específicas de contabilidade ambiental”, diz ela, professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP em Ribeirão Preto. “Quando as empresas começam a publicar essas informações, podemos avaliar o nível de responsabilidade ambiental de cada uma.”

Segundo ela, a divulgação de balanços socioambientais pelas empresas é escassa. Mas, no meio acadêmico, o Brasil registra produções sobre o assunto desde o início dos anos 1990.

Como exemplo da forma com que a preocupação ambiental interage com a atividade econômica de uma empresa, Maísa cita o setor sucroalcooleiro. “O bagaço da cana era resíduo há pouco, mas hoje volta na cadeia produtiva para produzir combustível fóssil”, diz. “A suinocultura também tem ganhado muito com créditos de carbono.

Com avanço mínimo, negociação do clima caminha para "desastre" – Renate Krieger – Folha de São Paulo – ciência – 15/08/2009

Se a atmosfera geral era de pessimismo com o término, ontem, de uma reunião diplomática destinada a avançar no combate ao aquecimento global, a questão das florestas parece ter avançado -ao menos no que diz respeito à reorganização de um texto sobre o desmatamento evitado.

"Há muito mais consenso nas discussões sobre o desmatamento evitado do que sobre outras questões discutidas aqui", disse Federica Bietta, vice-diretora da Coalizão de Florestas Tropicais, resumindo a semana de negociações no âmbito da Convenção do Clima da ONU em Bonn (Alemanha).

Segundo Bietta, cuja organização defende a inclusão do chamado Redd (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) no mercado de carbono, há grande apoio para uma implementação de ações nessa área em três fases: um aumento dos mecanismos de medição em países com florestas tropicais, o desenvolvimento de projetos-modelo de engenharia florestal e o acesso dos países a mercados para financiar projetos.

Porém, segundo Carlos Rittl, do WWF Brasil, foi reintroduzido um parágrafo no texto dizendo que as reduções de desmatamento não poderiam ser abatidas das metas de redução de emissões dos países ricos -uma demanda do Brasil. A versão final do texto começará a ser negociada na Tailândia, no dia 28 de Setembro.

A intenção da reunião de Bonn era limpar o texto de 200 páginas que contém as propostas de 190 países para negociar o segundo período do Protocolo de Kyoto, que começa em 2013. A versão final deve ser adotada em dezembro, na conferência de Copenhague.

O avanço lento na definição das propostas frustrou o Secretário-Executivo da Convenção do Clima, Yvo de Boer. "Temos 15 dias de negociação até Copenhague. Apesar do progresso alcançado, não vamos conseguir se continuarmos nesse ritmo. Estou ouvindo muitos falando que podemos adiar um acordo, que podemos discutir ainda no ano que vem. É o caminho certo para um desastre global", afirmou. Segundo De Boer, as propostas dos países desenvolvidos não são suficientemente ambiciosas.

A União Europeia também criticou a lentidão do processo e as reduções tímidas propostas pelos ricos. Por outro lado, também pediu que os países mais pobres quantificassem suas sugestões.

Também os EUA colocaram exigências para os países em desenvolvimento. "Queremos que eles se comprometam com ações. O Brasil está propondo a olhar como reduzir atividades florestais que causam emissões. Mas gostaríamos de vê-las quantificadas", disse Jonathan Pershing, líder da delegação americana. O Brasil disse ter ficado surpreso com a cobrança, que não teria sido mencionada nos círculos diplomáticos.

Os EUA querem cortar suas emissões para níveis de 1990 em 2020, e em 80% até 2050, uma meta considerada fraca. E sua proposta em Copenhague, segundo Pershing, vai depender da aprovação de um projeto de lei de corte de emissões que circula no Congresso.

"Queremos negociar com uma proposta coerente com a nossa política doméstica para que possamos fazer parte do acordo", disse o americano. A aprovação ou não da lei afetará a posição dos EUA em Copenhague, mas não deverá impedir os Estados Unidos de fecharem um acordo.

CO2 de floresta é entrave a acordo – Herton Escobar - Estado de São Paulo – Vida & - 16/08/2009

O grande problema do aquecimento global é o carbono emitido pela queima de combustíveis fósseis, como gasolina, carvão e diesel. Mas o maior obstáculo para a diplomacia climática parece ser mesmo o carbono das florestas, tanto temperadas quanto tropicais. Ninguém sabe muito bem o que fazer com ele no próximo acordo internacional de combate à mudança climática, que deverá ser assinado no fim do ano em Copenhague, na Dinamarca.

A questão do carbono florestal permeia várias das discussões fundamentais sobre o futuro da Convenção do Clima e do Protocolo de Kyoto. Tanto os países desenvolvidos quanto os que estão em desenvolvimento - principalmente os tropicais, como o Brasil - querem que o carbono embutido na matéria orgânica de suas florestas seja valorizado de alguma forma no acordo final de Copenhague. Só que não há consenso à vista sobre como fazer isso.

A categoria técnica usada para tratar do tema dentro da convenção é chamada "uso da terra, mudança de uso da terra e atividades florestais", que em inglês abrevia-se LULUCF (e pronuncia-se, carinhosamente, lulu-ce-efe). Ela inclui emissões e absorções de carbono relacionadas à agricultura, desmatamento, manejo florestal e outras atividades não ligadas ao uso de combustíveis fósseis.

Os países desenvolvidos querem saber como o carbono de LULUCF será levado em conta no cálculo das cotas de emissão para o próximo período de compromisso do Protocolo de Kyoto, que começa em 2013. Os números podem variar significativamente, para mais ou para menos, dependendo da metodologia. Um dos mais interessados no tema é o Canadá. As emissões do país aumentam consideravelmente quando LULUCF é incluído na conta para o ano-base do protocolo, que é 1990. Por isso, o Canadá propõe que suas reduções para o futuro sejam baseadas no ano de 2006.

O país argumenta que suas emissões provenientes de LULUCF em 1990 resultaram de "distúrbios naturais" (não antropogênicos ou não causados pelo homem), como incêndios florestais e infestação de florestas por besouros.

"São distúrbios altamente imprevisíveis e variáveis ano a ano, mas que afetam diretamente nossa linha de base", disse o representante da delegação canadense em Bonn, na Alemanha, onde os países signatários da Convenção e do Protocolo estiveram reunidos na semana passada numa conferência preparatória para a cúpula de Copenhague. Ele pediu novas regras para LULUCF que permitam fazer uma distinção entre emissões antropogênicas e naturais. "Não estamos preparados para assumir um compromisso definitivo (de redução de

emissões) enquanto as regras sobre LULUCF não estiverem claras", declarou, também, a delegação da Nova Zelândia.

Hoje, as regras permitem que os países contabilizem áreas de floresta "manejada" (como parques nacionais e outras áreas protegidas) como uma fonte de absorção de carbono - o que ajuda a balancear o cálculo de suas emissões. "Ora, se vamos contabilizar as reduções, certamente temos de contabilizar também as emissões", rebateu o representante de Tuvalu, em resposta ao Canadá.

DESMATAMENTO

Os países em desenvolvimento, por sua vez, querem que a conservação dos estoques de carbono florestal (leia-se redução do desmatamento) seja valorizada como uma forma de mitigação (leia-se redução de emissões) pelos países desenvolvidos. Mas há divergências também sobre como isso deve ser feito.

Aí entram as discussões sobre Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD). Alguns países, como Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos, querem que o REDD entre para o mercado de carbono como um mecanismo compensatório, o que permitiria aos países desenvolvidos debitar de suas emissões domésticas o carbono que deixou de ser emitido pela redução do desmatamento em países em desenvolvimento, via financiamento de projetos ou compra direta de créditos no mercado.

Outros, como o Brasil e a União Europeia, querem que o REDD funcione apenas como um mecanismo de financiamento não compensatório, pelo qual os países desenvolvidos poderiam financiar projetos de proteção florestal, mas não obter créditos de carbono por isso (mais informações sobre REDD nesta página). "Entendemos que o financiamento para o combate ao desmatamento e para conservação deverá vir de várias fontes, incluindo fontes de mercado. Mas favorecemos as soluções que tragam maior integridade ambiental para o sistema climático", disse o chefe da delegação brasileira em Bonn, Luiz Figueiredo.

A Colômbia, por outro lado, é a favor do REDD compensatório para projetos de desmatamento evitado no Protocolo de Kyoto. "O mercado proporciona uma garantia maior de demanda no longo prazo", disse ao Estado a representante do Ministério do Meio Ambiente colombiano, Andrea García-Guerrero. Se for um mecanismo voluntário de financiamento, diz ela, o dinheiro poderá fluir num primeiro momento, enquanto o tema está "quente", mas não haveria garantia de sustentação dos investimentos.

OBRIGAÇÃO DOMÉSTICA

Essa é outra briga que promete complicar um aperto de mãos em Copenhague: quanto do esforço de mitigação deverá ser feito via reduções domésticas e quanto deverá ser feito via

compra de créditos no mercado.

Os países em desenvolvimento querem que o esforço maior de reduzir emissões seja feito pelos países desenvolvidos. "O mercado não alcançou nada em benefício do clima. É só uma transferência de responsabilidade", disse o representante de Tuvalu. Uma proposta é de que seja estabelecido um limite sobre quanto das metas dos países desenvolvidos poderá ser abatida via créditos compensatórios - ou seja, via reduções feitas em outros lugares.

As negociações sobre o clima e seus mitos – José Goldenberg – Estado de São Paulo – 17/08/2009

Vai-se realizar em dezembro deste ano a Conferência de Copenhague (Dinamarca), cuja finalidade é rever e atualizar as decisões tomadas em Kyoto, (Japão), em 1997, quando os países participantes da Convenção do Clima – pela primeira vez – decidiram fazer algo para tentar evitar o aquecimento da atmosfera e as mudanças climáticas que dele decorrem, adotando o Protocolo de Kyoto. Desde 1997 ficaram cada vez mais claras as consequências desse aquecimento, bem como as suas causas, sendo a principal das quais a queima dos combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás).

Sucede que esses combustíveis são o motor da nossa civilização e reduzir o seu consumo enfrenta enormes resistências, e não só das empresas que os produzem, como também os nossos padrões de consumo. Mudar padrões de consumo é difícil, de modo que para reduzir o consumo de combustíveis fósseis é preciso encontrar substitutos para eles, sem o que nossa civilização deixaria de existir.

O único grupo de países que está levando essa tarefa a sério é o dos europeus, que decidiram, até 2020, reduzir as suas emissões de carbono e produzir 20% de sua energia a partir de fontes renováveis. Os Estados Unidos permaneceram até agora à margem do Protocolo de Kyoto.

Os países em desenvolvimento, mesmo os grandes emissores – China, Índia e Brasil (este por causa do desmatamento da Amazônia) -, recusaram-se a fazê-lo, usando o argumento de que reduzir as emissões vai prejudicar o seu desenvolvimento, que é a primeira – e provavelmente a única – prioridade dos seus governos.

Esse é o primeiro dos mitos que cercam as negociações sobre o clima. O desenvolvimento desses países resulta na emissão de quantidades crescentes de gases que produzem o chamado “efeito estufa”, porque estão seguindo a trajetória usada no passado pelos atuais países industrializados, baseada no uso intensivo de combustíveis fósseis com tecnologias pouco eficientes. Com os avanços da tecnologia nos últimos 50 anos é possível obter os mesmos serviços com menos energia – e, portanto menos emissões de gases de

"efeito estufa" -, mesmo usando combustíveis fósseis. Além disso, fontes renováveis de energia se desenvolveram muito e é possível hoje usar a energia solar, a dos ventos e a hídrica de maneira muito mais eficiente do que se fazia no passado.

O segundo mito é o de que os países em desenvolvimento só poderão adotar essas tecnologias caso os países industrializados paguem por elas, o que se estima custaria de US$ 100 bilhões a US$ 200 bilhões por ano. Essa é uma expectativa irrealista. Por que razão um país como a China, que lança satélites no espaço, constrói bombas atômicas e tem reservas de US$ 2 trilhões, precisaria de doações dos países ricos para modernizar a forma de usar energia? Esse argumento poderia valer para os países mais pobres da África, mas não para a China, a Índia e o Brasil.

O terceiro mito é o de que é injusto exigir esforços dos países em desenvolvimento – que são mais pobres -, enquanto os mais ricos não fazem nada. Esse argumento não só tem o ranço de um forte ressentimento, como também não é verdadeiro: os países da União Europeia estão fazendo seu dever de casa e os Estados Unidos aprovarão até o fim do ano uma lei que, em linhas gerais, é similar às adotadas na União Europeia.

O quarto mito é o de que os países ricos estão emitindo há mais de 150 anos, quando começaram a se industrializar, e os países em desenvolvimento só se tornaram emissores importantes mais recentemente – atualmente as emissões anuais da China já superam as dos Estados Unidos. O argumento da "responsabilidade histórica" pode ser útil no jogo político, mas tem fundamento técnico muito discutível, porque parte das emissões de carbono feitas há 150 anos já foi absorvida pelos oceanos. A gravidade das consequências resultantes da emissão de gases de "efeito estufa" somente foi reconhecida cientificamente na década de 80 do século 20. Não é razoável culpar, hoje, os emissores do passado por um "crime" que não era reconhecido como tal. Mas agora não é possível alegar ignorância. Metade das emissões de gases de "efeito estufa" provém dos países industrializados, o restante tem origem em países em desenvolvimento. Mesmo que eles deixassem de emitir, seria impossível evitar o aquecimento global. Em outras palavras, a participação dos países em desenvolvimento é essencial, quaisquer que tenham sido as "injustiças" do passado.

O quinto mito é o de que instrumentos de mercado, como a venda de créditos de carbono, são suspeitos e imorais, não passando de uma forma de os países em desenvolvimento resolverem os problemas dos países industrializados. Essa suspeita deriva da convicção de que eles são os responsáveis pelo problema e a eles cabe, portanto, resolvê-lo. Com base nesse argumento, nem o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) deveria ser aceito. Essas ideias equivocadas advêm do fato de que não se deseja reconhecer que reduzir emissões de carbono nos países em desenvolvimento é mais barato do que reduzi-las nos países industrializados e que usar mecanismos de mercado terá como resultado a transferência de tecnologia para eles.

No caso brasileiro, em maior ou menor medida, o Itamaraty e o próprio presidente da República têm-se comportado como se aceitassem esses mitos. É isso que explica a posição defensiva e a falta de liderança que o País assume em foros internacionais, quando,

na realidade, o Brasil teria muito a mostrar, com os seus amplos programas de energias renováveis (que compreendem o etanol da cana-de-açúcar e as hidrelétricas).

José Goldemberg é professor da Universidade de São Paulo.

Empresa pode recorrer a fundo – Afra Balazina - Estado de São Paulo – Vida & - 17/08/2009

Criado pelo governo brasileiro para receber doações de países que queiram financiar a conservação da floresta, o Fundo Amazônia também vai repassar recursos para projetos montados por empresas privadas. Inicialmente, a previsão era atender organizações não governamentais (ONGs), populações tradicionais e instituições de pesquisa voltadas para o setor.

A decisão foi tomada pelo comitê orientador do fundo (Cofa) e confirmada pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. "Algumas empresas com fins lucrativos podem ser beneficiadas. Mas são as pequenas que criam empregos sustentáveis", afirmou Minc ao Estado.

De acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), órgão executor do fundo, a proposta apresentada deve contribuir direta ou indiretamente para a redução do desmatamento na amazônia. Segundo Minc, a ideia de incluir empresas foi levada ao comitê pelo setor não-governamental - que reúne ONGs, cientistas e indústria. "O Cofa é democrático. Inclui governo federal, Estados e sociedade, e só toma uma decisão quando os três setores concordam."

Ele ressalta que foram "estipulados critérios muito rígidos". " As empresas poderão receber recursos desde que suas atividades sejam sustentáveis e que elas não possam realizá-las sem o apoio do fundo", explicou.

Paulo Moutinho, coordenador de pesquisa do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), não é contra o favorecimento de empresas pelo fundo. Na opinião dele, porém, os projetos não podem ter somente "o viés do lucro". "É preciso apoiar projetos que possam mudar a lógica atual da região de derrubar a floresta", afirmou. De acordo com Moutinho, é importante que o fundo dê certo. "Mas ele carece de discussões sobre quem tem direito de receber os recursos."

Roberto Waack, presidente da empresa de produção de madeira certificada Amata, acredita que tanto iniciativas públicas como privadas devem ser contempladas para tornar possível a criação de "uma economia da floresta tropical". A Amata tem uma concessão - espécie de aluguel - para fazer manejo na Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia. Além

disso, trabalha com o plantio de árvores nativas em áreas degradadas. “O Jamari é cercado por áreas desflorestadas e a pressão do desmatamento é muito grande. A contrapartida da empresa é ter nesse local um projeto que consiga manter a floresta em pé.”

PROPOSTAS

Até agora, 70 propostas foram apresentadas ao fundo. E há, em caixa, US$ 110 milhões (R$ 202,2 milhões) doados pela Noruega. Esse país deverá disponibilizar outro US$ 1 bilhão (R$ 1,83 bilhão) em sete anos - a liberação do dinheiro está condicionada à redução do desmate. Já a Alemanha se compromete a doar 18 milhões (R$ 46,9 milhões) para o fundo.

No mês passado, em Manaus (AM), Minc anunciou que seriam beneficiados o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), o Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O BNDES, porém, afirmou que ainda não há projetos aprovados. Alguns estão em fase mais adiantada, mas ainda sob “sigilo bancário”.

O diretor de políticas públicas do Greenpeace, Sérgio Leitão, discorda que órgãos governamentais sejam beneficiadas pelo fundo. “É absurdo beneficiar iniciativas do próprio governo com doação. Isso ele tem de bancar.” Leitão comparou o fundo à “porta da esperança”. “Todos querem dinheiro: satélites do Inpe, empresários que fazem manejo florestal, povos indígenas, ONGs. Não tem como dar conta.”

O ministro rebate. “Essa questão nunca foi levantada, até porque não há quem seja contra apoiar o Inpe a ter mais satélites”, disse. Ele ressalta que seria contraditório não apoiar governos, já que um dos objetivos do é criar mais unidades de conservação da floresta, como parques e reservas. Hoje, quem cria e implanta essas unidades são os governos municipais, estaduais e o federal.

Aura do Nobel se dissolve rápido para painel do clima – Andrew Revkin – Folha de São Paulo – Ciência – 17/08/2009

Dois anos atrás, uma reunião científica atraiu atenção mundial ao reportar que a atividade humana estava aquecendo o planeta de formas que poderiam afetar seriamente os assuntos e a natureza humanos.
O trabalho do grupo, o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), dividiu o Prêmio Nobel da Paz de 2007 com o vice-presidente americano Al Gore. Contudo, enquanto o painel se prepara para seu próximo relatório, especialistas avisam que ele poderia rapidamente perder relevância.

Embora o IPCC, fundado em 1988 e operando sob proteção das Nações Unidas, tenha colecionado prêmios e aclamações, há poucas evidências de que os países estejam fazendo algo a respeito de seus alertas. As emissões de gases-estufa aumentaram. Conversas sobre o novo tratado do clima permanecem basicamente travadas.
"O IPCC conseguiu a atenção mundial, mas agora o desafio é fazer o tigre seguir na direção correta", disse Michael MacCracken, antigo membro do painel e cientista-chefe do Climate Institute, um grupo sem fins lucrativos. "Para o IPCC, isso significa oferecer diretrizes que irão minimizar os impactos climáticos e maximizar os investimentos num futuro próspero e sustentável."
Ambientalistas afirmam que os relatórios do painel são atrapalhados pela exigência de que os governos patrocinadores aprovem seus resumos.
Alguns especialistas consideram que o IPCC fracassou em acompanhar o ritmo da explosão de pesquisas climáticas.
Ao mesmo tempo, cientistas que questionam a probabilidade de uma interferência calamitosa no clima da Terra, acusam o painel de escolher a dedo os estudos e subestimar os níveis de incerteza. Rajendra Pachauri, presidente do painel, rechaça a acusação de viés, apontando que todo o processo é pautado pelo "peer-review", ou revisão por pares -um mecanismo antifraude da ciência.
Todavia, ele reconhece os desafios que o grupo enfrenta ao traduzir ciência complexa de uma forma que produza reações significativas.
O painel não pode recomendar um curso de ação. Ele apenas aponta trajetórias de emissão de gases-estufa. Por exemplo, Pachauri apontou que enquanto os líderes do G8 prometeram, no mês passado, limitar o aquecimento global a 2C, eles não conseguiram adotar as reduções de emissões que o IPCC diz serem necessárias para manter a promessa.
Encontrar maneiras de direcionar nações sem ser prescritivo é dos focos principais do 5º Relatório de Avaliação, a ser lançado em 2014.
Uma meta para o próximo relatório é uma avaliação muito mais completa do quanto, e do quão rápido, os mares poderiam se elevar com o aquecimento ininterrupto.
Será dedicada maior atenção a pesquisas sobre o potencial de alterações perigosas na química do oceano. Outro foco serão os métodos artificiais de grande escala para confrontar o aquecimento, mais conhecida como geoengenharia.
O painel também tentará, com mais afinco, identificar impactos antecipados de mudanças climáticas em certas regiões, e opções para estimular a adaptabilidade em locais especialmente vulneráveis, como a África abaixo do Saara.
Pachauri disse que o painel doou os US$ 670 mil do Nobel para ajudar os países pobres a enfrentar riscos climáticos. Gore doou sua parte à Aliança para a Proteção do Clima.

Tradução de **PEDRO KUYUMIJAN**

Mulheres querem cota de participação nos Territórios da Cidadania – Sítio eletrônico da Contag - 20/08/2009

No último dia do Seminário Nacional "Protagonismo das Mulheres nos Territórios Rurais", que teve início no dia 19, as cerca de 80 dirigentes sindicais sugeriram propostas e estratégias que garantam maior inserção das trabalhadoras rurais nas políticas executadas nos territórios.

Entre as propostas, que serão encaminhadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), está a reserva de 30% das vagas existentes em todos os espaços de gestão do Programa Territórios da Cidadania. Elas também querem reserva de recursos a serem destinados para projetos produtivos de mulheres. "Esperamos que agora o MDA atenda essas demandas, para que a gente possa também participar das ações nos territórios", avaliou a coordenadora de Mulheres da Federação de Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte (Fetarn), Maria Elizabeth Fernandes.

Avaliação – A secretária de Mulheres da Contag, Carmen Foro, destacou que os debates feitos no Seminário apontaram reflexões importantes para as trabalhadoras rurais. "As falas afirmaram várias questões: uma, qual o modelo de desenvolvimento que nós queremos, qual o lugar das mulheres nesse lugar de desenvolvimento e como nós vamos continuar protagonizando políticas para as mulheres na tentativa de corrigir histórica desigualdade contra as mulheres".

Na opinião da coordenadora de Mulheres da Federação de Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina, Maria das Graças Darós, o Seminário foi importante para esclarecer às mulheres sobre os territórios e a importância da ocupação desse espaço. "Foi importante tanto para as mulheres que não tinha nenhuma informação sobre os territórios e para as que, mesmo tendo informações, não sabiam como fazer para se inserir nesses espaços", comentou.

A secretária de Mulheres da Federação de Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (Fetagro), Eliana da Silva, ressalta que as debates feitos no Seminário servirão como subsídios para as discussões com as mulheres sobre a implantação das políticas públicas. "Mostramos aqui quais são as nossas dificuldades e agora esperamos que as políticas possam chegar lá na base", afirmou.

Pela primeira vez participando de uma ação da Jornada das Margaridas, a coordenadora de Mulheres do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caracaraí (RR), Paula Helena, disse que as informações trocadas no Seminário serão compartilhadas com as trabalhadoras rurais do estado. "Com certeza a discussão que fizemos aqui deve ser feita

também com a Federação, os sindicatos, para que as mulheres saibam os espaços que devemos ocupar".

Para a coordenadora de Mulheres da Federação de Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais, Ana Maria Pereira, afirma que a não participação das mulheres nos territórios rurais é uma realidade no estado. Ela disse que está negociando com a delegacia estadual do MDA maior espaço para as trabalhadoras rurais nas discussões e espaços de liderança dentro dos territórios. "Em Minas está havendo curso de capacitação em políticas públicas, mas infelizmente muitas mulheres que estão nos territórios e queriam participar, não conseguiram vaga", disse.

Já na avaliação da coordenadora de Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul, Lérida Pavanelo, o seminário foi importante para mostrar como as mulheres podem ter maior participação e ser beneficiadas com as políticas existentes nos territórios. "Estamos com a faca e o queijo na mão. Agora precisamos tirar proveito de tudo isso. Acho que esse é um momento primordial para nossa caminhada no movimento sindical", acrescentou.

Fonte: Cileia Pontes, Agência Contag de Notícias

Governo penaliza a eficiência do agronegócio ao tentar mudar os índices de produtividade, critica Kátia Abreu – Sítio Eletrônico da CNA – 21/08/2009

Aumentar os índices de produtividade das terras agrícolas representa penalizar a força e a capacidade do agronegócio brasileiro. A crítica é da presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, que realizou pronunciamento nesta sexta-feira, 21 de agosto, na Bienal dos Negócios da Agricultura, em Cuiabá, MT. "A mudança nos índices é punir a eficiência", declarou, em uma rodada de debates na qual participaram também o ministro-chefe interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Daniel Vargas, e o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi.

Kátia Abreu alertou que a economia global enfrenta atualmente um momento de crise, e que isso faz com que todos os setores reduzam a sua oferta de produtos, pois a demanda mundial global está desaquecida. Mas, argumentou, as dificuldades da economia não estão sendo levadas em conta em relação ao setor rural, pois justamente no atual momento de crise são cogitadas mudanças nos índices de produtividade, o que obrigará o produtor rural a produzir ainda mais, mesmo que o setor venha perder dinheiro. "É como se dissessem a nós: vocês têm que produzir, com prejuízo ou não, senão eu desaproprio a sua terra. Você não tem direito, produtor rural brasileiro, a ser inteligente. Produza, mesmo com prejuízo. É isso o que o índice de produtividade representa para todos nós", criticou a senadora.

A presidente da CNA advertiu que o Estado brasileiro omitiu-se em relação às necessidades do setor rural nos últimos 20 anos, deixando, por exemplo, de investir em infraestrutura. Citou a ausência de projetos em portos e as rodovias precárias, em um cenário que eleva o custo do frete e, assim, reduz a competitividade da agropecuária brasileira.

Kátia Abreu destacou que, no passado, os produtores da agropecuária brasileira atenderam o chamado do governo e conseguiram reverter uma situação de dependência externa na oferta de alimentos, conforme ocorria em 1974, para a auto-suficiência, cinco anos depois. Nessa tarefa de suprir o Brasil com alimentos, os produtores rurais aprimoraram a utilização de áreas no Centro-Oeste, mas não receberam apoio do Estado. E, alertou a senadora, além de continuar sem receber uma resposta oficial adequada, por meio da implantação de um novo modelo de política agrícola ou mais investimentos em infra-estrutura, atualmente o setor rural está sendo pressionado com a ameaça de mudanças dos índices de produtividade.

No novo modelo para o Brasil rural defendido pela presidente da CNA está previsto um mecanismo de subvenção oficial, de forma a equilibrar os custos de produção, no campo, mas garantindo ao mesmo tempo que o consumidor final tenha acesso a alimentos com preços baixos. Kátia Abreu destacou que essa estratégia já é utilizada pelos Estados Unidos e países da Europa. “Hoje, no Brasil, quem está pagando essa diferença é o produtor rural, que está sempre trabalhando e recebendo menos do que gastou para produzir”, afirmou. A senadora disse que a subvenção oficial não pode ser interpretada como uma entrega de recursos ao setor rural, como uma dação, mas sim como uma compensação pela falta de atuação do Estado durante décadas, moldando um cenário que hoje prejudica o trabalho no campo.

“O setor rural é reconhecido pela eficiência. Conseguimos que o Brasil fosse auto-sustentável, além de gerar excedentes de produção. Fomos eficientes dentro das fazendas, mas convivendo com muito amadorismo em termos de política agrícola nos últimos 20, 25 anos”, declarou.

Assessoria de Comunicação da CNA
Fone (61) 2109-1419
www.canaldoprodutor.com.br

Ruralistas reagem a revisão pró-reforma agrária – Sítio Eletrônico da CNA – 21/08/2009

Produtores rurais, lideranças do setor e parlamentares da bancada ruralista resolveram reagir em conjunto contra a decisão do governo de autorizar a polêmica revisão dos índices de produtividade da agropecuária para fins de reforma agrária. Na Bienal da Agricultura, na Câmara, na tribuna do Senado e em reuniões de bancadas partidárias, os ruralistas elevaram o tom para pressionar o governo e o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, a rejeitar a portaria de atualização dos índices.

Mas a reação deve esbarrar na determinação do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva em promover a revisão. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, alertou o presidente sobre a conveniência de anunciar a medida, tão aguardada pelo MST, e eventualmente descumpri-la depois. "Mas Lula mandou fazer. E ponto final", diz uma fonte do governo. A posição política de Lula seria uma resposta a um projeto de lei, aprovado no Senado, para "blindar" as propriedades rurais da reforma agrária. O PL submete a revisão dos índices ao Congresso Nacional e desatrela os índices de utilização da terra (GUT) e de eficiência de exploração (GEE) para fins de reforma agrária.

Maior produtor nacional de grãos, fibras e carne bovina, Mato Grosso pediu formalmente ontem ao ministro para não assinar a portaria. "O governo não pode mexer nisso no momento em que estamos saindo de uma crise", defendeu o presidente da federação estadual da Agricultura (Famato), Rui Prado. O município de Sorriso, maior produtor de soja do país, teria dobrado seus índices, segundo a proposta finalizada pelo governo.

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), apontou a revisão como "ameaça sobre a cabeça" dos produtores e os convocou a lutar contra a proposta. "Nós, produtores, CNA, não temos absolutamente nada contra (a reforma agrária). Só não vamos permitir que tomem terras dos nossos produtores, que agridam o direito de propriedade. Se querem terra para a reforma agrária, usem o Banco da Terra, usem o decreto do Governo, que permite compra de terras para fazer assentamento", disse.

A decisão do governo também desatou um motim no PMDB, partido do ministro Stephanes. Os ruralistas pressionaram o líder na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN), a convocar reunião da bancada com Stephanes para explicar a medida na terça-feira. Parte da bancada cobrou, na noite de quarta-feira, posição pública do ministro contra a medida. E exigiu que ele não assinasse a portaria. Aos parlamentares, Stephanes teria dito que se ele não assinasse, outro o faria. A situação o colocou em uma "sinuca de bico", segundo o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR). "Mas não vamos permitir isso. Somos contra. Se ele assinar, é a morte política dele", sustenta. Segundo ele, "é inadmissível" um ministro do PMDB autorizar a revisão. "Se o Turra, o Pratini e o Roberto Rodrigues não assinaram, porque ele assinaria?", questiona.

Em Cuiabá, durante a programação da Bienal da Agricultura, que reúne os 500 maiores produtores de Mato Grosso, os ruralistas entregaram uma carta aberta ao ministro com apelo pela rejeição da proposta de revisão dos índices.

Para aprovar os novos índices, o governo precisa convocar o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), órgão consultivo do Ministério da Agricultura que tem a participação dos produtores.

* Noticia publicada no Jornal Valor Economico desta Sexta-Feira - 21/08/2009.

Brasil sem metas para redução de emissões – Sítio eletrônico da CNA – 24/08/2009

As vésperas da realização da Conferência das Partes, COP-15, em dezembro deste ano, ainda pouco se sabe sobre a posição brasileira nas negociações sobre mudanças climáticas, além da não concordância com a imposição de metas compulsórias de redução e da negativa em negociar certificação por redução de emissões por desmatamento (RED). A postura defensiva brasileira tem relação com visão equivocada sobre a Floresta Amazônica, vista como ônus climático de complexa neutralização.

A falta de vontade política acarretou em impotência no trato do tema e o imobilismo, timidez de posições no cenário internacional.

Ou seja, sabe-se o que não se quer, mas pouco se sabe sobre iniciativas positivas em relação ao aquecimento global, além do eterno aguardo de contribuições financeiras de países ricos para a já tão aviltada Floresta Amazônica.

Ocorre que o tema do aquecimento global saiu da esfera exclusiva dos fóruns de discussão sobre preservação do meio ambiente, invadindo recentemente o G-8 na Itália e o Congresso norte-americano, motivando maior criatividade e coragem para o enfrentamento dos problemas.

Após a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, cujo início da assinatura se deu na Rio 92 (Cúpula da Terra), foram celebradas 14 Conferências das Partes. As últimas realizadas em Bali e Polônia, COPs 13 e 14, estabeleceram o "mapa do caminho?, roteiro de negociações sobre metas de reduções de GEEs, enquanto a realizada em Poznan, em dezembro de 2008, deu início à discussão sobre a renovação do Protocolo de Quioto, cuja primeira fase de vigência se encerra em 2012. A COP-15, denominada Conferência de Copenhagen, que está por vir, deve culminar em termo de compromisso de novo acordo global sobre o clima, estabelecendo instrumento normativo que irá substituir ou dar prosseguimento à segunda fase do Protocolo de Quioto.

Uma das grandes expectativas da Conferência das Partes-15, a ser realizada no fim do ano, é como vão se posicionar os Estados Unidos, sob a gestão do presidente Barack Obama, e nações emergentes, grandes emissoras atuais de gases de efeito estufa. Durante todo o governo Bush (2001-2008), houve oposição declarada às metas e aos objetivos do Protocolo de Quioto.

Obama, ao menos no nível voluntário, vem consolidando uma série de iniciativas e anunciando ações concretas à redução de gases de efeito estufa. Mas e o Brasil? Ainda que a tão esperada posição do presidente Barack Obama esteja floreada de dúvidas e incertezas quanto à adoção de metas compulsórias, Brasil, China e Índia mantêm posição clara e defensiva nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas. Os três emergentes recusam-se a submeter-se às metas acordadas multilateralmente, antes que os países desenvolvidos cumpram efetivamente seus compromissos previstos no Protocolo de Quioto. No entanto, distintamente dos EUA, as iniciativas voluntárias são aleatórias e não incentivadas por políticas públicas, notadamente no Brasil. Por meio de malabarismo interpretativo invocam que a Convenção objetiva a "estabilização de concentração de gases na atmosfera? e não necessariamente a redução de emissões de gases de efeito estufa, estando, portanto liberados para emitir, mas sem concentrar! Tal posição coincidente no

campo do aquecimento global vem da já sabida postura de resistência a uma mitigação efetiva, legitimada pelo princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada constante da Convenção sobre o Clima, que privilegia o estoque de emissões relativamente às emissões atuais.

No entanto, infelizmente, tal imobilismo respaldado em parte no princípio acima referendado, começa a dar espaço para restrições comerciais, o que representa prejuízo. As perspectivas positivas de acréscimo de valor agregado pela adesão a metas de redução agora podem ser acompanhadas de prejuízos comerciais pela não adoção.

A incidência de tarifas de carbono sobre importações nos países desenvolvidos, como, por exemplo, Estados Unidos, por força do projeto de Lei de Segurança e Energia Limpa, começa a se concretizar.

Uma mudança de rota seria bem-vinda no campo das negociações climáticas, haja vista o peso da agricultura e das matérias primas na pauta de exportações brasileira. Faltam mecanismos de centralização e incentivo a projetos voluntários de redução de emissões, e políticas públicas voltadas para a redução do aquecimento global acompanhadas do estabelecimento de metas voluntárias para redução de emissões.

Tais medidas confeririam ao Brasil acréscimo no poder de barganha para as futuras negociações climáticas e vantagens comerciais frente a seus maiores concorrentes no mercado internacional, Índia e China.

É hora de subverter a tese equivocada de que o maior comprometimento com metas de emissões de carbono é obstáculo. Ante o que vem por aí, se esperam obstáculos decorrentes da não adesão a estas.

Sendo 50% das emissões decarbono derivadas de desmatamento na Amazônia, constatada a ilegalidade de grande parte desse percentual, um comprometimento com a causa não apenas é necessário sob o ponto de vista do aquecimento global, mas por respeito à legalidade e ao Estado de direito, itens fundamentais para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

* Autoras: Silvia Pinheiro e Adriana Simonsen Reino. Noticia publicada no Jornal do Brasil desta Segunda-Feira - 24/08/2009.

Aquecimento abre Ártico para navio comercial – Folha de São Paulo – Ciência – 22/08/2009

Uma empresa de navegação alemã tornou-se a primeira a mandar navios comerciais através da Passagem Nordeste, rota entre a Ásia e a Europa pelo oceano Ártico. Até agora, só navios russos faziam essa rota, pelo mar congelado. Agora, a empresa alemã Beluga Shipping GmbH conseguiu autorização do governo russo para percorrer os 7.200 km do litoral do país sem a ajuda de quebra-gelos. O aquecimento global abriu a passagem, que é quase 20.000 km mais curta que a rota pelo canal de Suez. O presidente da Beluga, Niels Stolberg, disse que a abertura vai permitir cortar as emissões de CO2 dos navios.

Desmatamento zero – Sítio Eletrônico da CNA – 25/08/2009

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse nesta segunda-feira (24/08) que o programa Desmatamento Zero deve começar na primeira semana de janeiro de 2010. Ele recebeu, em Brasília, representantes da Secretaria Estadual de Agricultura do Pará, frigoríficos, Embrapa e Inmet e outros setores envolvidos no programa. Segundo comunicado, nesse período, mais de 14 mil propriedades de seis municípios do centro-sul do Pará terão o rebanho bovino rastreado via georreferenciamento e monitoramento por satélite. A Agência de Defesa Agropecuária do Pará (Adepará) informou que 1.347 propriedades no Estado foram georreferenciadas nos últimos quatro dias. A previsão é que os dados das 14 mil fazendas sejam coletados até a primeira quinzena de outubro.

* Noticia publicada no Jornal Valor Economico desta Terça-Feira - 25/08/2009.

Amazônia: programa que monitora desmatamento entra em vigor em janeiro – Sítio Eletrônico do CNA – 26/08/2009

O programa Desmatamento Zero deve ter início na primeira semana de janeiro de 2010, segundo o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes.

Nesse período, mais de 14 mil propriedades de seis municípios da região Centro-Sul do Pará terão o rebanho rastreado por meio de georreferenciamento e monitoramento por

satélite. Nesta segunda-feira (24), Stephanes recebeu, em Brasília, representantes da Secretaria Estadual de Agricultura do Pará, frigoríficos, Embrapa e Inmet e outros setores envolvidos na estruturação desse sistema.

A redução do desmatamento na floresta amazônica a zero em função do avanço na pecuária é o principal propósito do programa. De acordo com a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará), 1.347 propriedades no estado foram georreferenciadas nos últimos quatro dias. Mais de 60 agentes de cadastramento estão em campo e a previsão é que os dados das 14 mil fazendas sejam coletados até a primeira quinzena de outubro.

Stephanes prevê que, em dois anos, o monitoramento por satélite se estenda para todo o estado do Pará. "Acredito que esse sistema será muito eficiente", afirmou. A penalidade para o pecuarista que desmatar será a suspensão da Guia de Trânsito Animal (GTA), instrumento que permite o deslocamento dos bovinos entre as unidades da federação. Sem a GTA, no entanto, o produtor fica impedido de comercializar seus animais.

A elaboração do programa Desmatamento Zero vem sendo discutida há oito meses. Um grupo técnico da Embrapa e do Inmet foi criado durante a reunião desta segunda-feira para definir as bases do monitoramento nesse sistema.

Fonte e informações adicionais: Mapa - www.agricultura.gov.br

Desmate perde peso em produção de CO2 – Sítio Eletrônico da CNA – 26/08/2009

O desmatamento deixou de responder por 75% das emissões brasileiras de gases-estufa. Números a serem divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente indicam que, em 2008, o corte de florestas contribuiu com cerca de um terço do gás carbônico que o país emitiu.

Os dados ainda são preliminares e não têm pretensão de serem completos como os do inventário nacional de emissões, que ficará pronto no final do ano -e que tem uma defasagem de quase dez anos.

Mas eles mostram que o ritmo de desmatamento caiu, enquanto as emissões da agricultura e do setor industrial subiram. Na Amazônia, por exemplo, as emissões por desmatamento em 2008 foram de cerca de 460 milhões de toneladas de CO2, contra 550 milhões em 1994. No setor industrial, que inclui transportes e geração de energia, as emissões passaram de 230 milhões para 375 milhões de toneladas, mostra cálculo feito pela Folha a partir de dados da organização sem fins lucrativos Economia & Energia, que faz o balanço de carbono nacional (www.ecen.com).

O que era dois terços não permaneceu assim, disse à Folha Tasso Azevedo, consultor do Ministério do Meio Ambiente. Segundo ele, a proporção hoje está provavelmente mais próxima de um terço para florestas, um terço para indústria e um terço para agricultura.

Ninguém sabe realmente quanto o Brasil emite, já que o único inventário disponível hoje é de 15 anos atrás.

Ontem o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) prometeu para amanhã a divulgação dos dados dos setores industrial, elétrico e de transportes. A mudança no perfil de emissões tem causado preocupação no governo, que neste momento se prepara para definir a meta de corte que o país apresentará na conferência do clima de Copenhague, em dezembro.

O Itamaraty já declarou que o Brasil apresentará uma trajetória de emissões que represente um desvio do cenário atual -ou seja, que tenha um viés de queda. A trajetória está sendo calculada. Espera-se que outros países desobrigados de metas pelo Protocolo de Kyoto façam a mesma coisa.

Assim, as emissões poderiam até continuar a crescer até 2020, mas num ritmo menor ao que seria se nada fosse feito. Após 2020, elas deveriam cair.

A maneira mais fácil de fazer isso no Brasil é reduzir o desmatamento. Isso tem a vantagem de produzir uma redução significativa das emissões brasileiras enquanto outros países ainda teriam emissões crescentes. O problema é que após 2020, zerado o desmate, o país ainda ficará com uma curva de emissões ascendente no setor energético -especialmente na área de petróleo, com a exploração do pré-sal.

Como a matriz energética nacional é limpa, isso deixa o Brasil numa situação parecida com a do Japão, país que já usa energia de forma muito eficiente. Em ambos os casos, cortar emissões adicionais implicará em custos altos. E aqui o governo brasileiro vê nas metas uma ameaça ao desenvolvimento.

A proposta de trajetória do Brasil deve ser diferente da de outros países, disse Azevedo.

* Autor: Claudio Angelo. Noticia publicada no Jornal Folha de S. Paulo desta Quarta-Feira - 26/08/2009.

Mudanças climáticas e aridez política – Marco Maciel – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 26/08/2009

Após o fracasso do encontro entre os chefes de governo do G-8 e os dos países emergentes, em Áquila, na Itália, o mundo tem menos tempo para construir um novo acordo para suceder ao Protocolo de Kyoto.

A preocupação quanto ao futuro do planeta no que diz respeito às mudanças climáticas está colocada com clareza solar; vem sendo discutida há vários anos em escala global por líderes e eminentes personalidades de diferentes organismos internacionais. Mas, do ponto de vista da ação política, pouco ou nada se fez de efetivo, de concreto.

Já se passaram 17 anos desde a Convenção sobre a Mudança do Clima realizada no Rio de Janeiro, à época, o maior evento internacional voltado para questões ambientais. E estamos vendo transcorrer 12 anos desde o Protocolo de Kyoto. O que mudou desde então? Muito pouco. Na verdade, há razões para acreditar que as coisas pioraram, infelizmente.

Nos países industrializados, o nível de emissões de gases de efeito estufa continua aumentando e os Estados Unidos, por exemplo, retiraram-se do protocolo durante o governo George W. Bush. Os países emergentes, que incluem grandes emissores, como a China, a Índia e o próprio Brasil - devemos confessá-lo -, não precisam cumprir metas de redução obrigatórias e, como seria de esperar, tampouco reduziram suas emissões. No Brasil, aliás, muitas vezes, temos a impressão de que estamos caminhando na direção contrária ao que foi acordado em Kyoto, no Rio e em tantas outras cidades que sediaram acordos e tratados sobre o tema.

Em dezembro se realizará a desejada reunião de Copenhagen, na qual se discutirá um acordo que substituirá o Protocolo de Kyoto, que expira em 2012. Muito se espera dessa reunião. Com grande expectativa aguardamos, por exemplo, as propostas que serão apresentadas pelo governo dos Estados Unidos da América. Tão importante, porém, quanto o posicionamento norte-americano será a posição dos principais países emergentes. China, Índia e Brasil estão entre os maiores emissores do planeta e devem ser instados a assumir metas obrigatórias de redução de emissões, o que não ocorreu em Kyoto.

No recente encontro em Áquila, que muitos consideraram um importante precursor do que deve acontecer em Copenhagen, não se chegou a um acordo a respeito das reduções. Os países desenvolvidos propuseram a redução de 50% das emissões até 2050, em relação aos níveis de 1990. Os países emergentes argumentaram mais de uma vez que uma redução desse nível é inviável para nações que ainda não completaram a sua industrialização e convivem com a miséria, a fome e outras mazelas sociais. Propuseram a redução de 40% até 2020, mas só para os países ricos. No fim das contas, o único e extremamente vago compromisso que resultou do acordo foi o estabelecimento de um limite de dois graus Celsius ao aumento do aquecimento global.

Crescimento econômico, pura e simplesmente, não é garantia de desenvolvimento. Hoje em dia está muitíssimo claro que o desenvolvimento envolve, no mínimo, três dimensões: o crescimento econômico, a justiça social e a sustentabilidade ambiental. Sem uma das pernas desse tripé não há que falar em desenvolvimento. É preciso, portanto, que o governo se convença, de uma vez por todas, de que a esfera ambiental e a esfera social são indissociáveis de qualquer discussão sobre o País, seja ela de ordem econômica ou política. O crescimento a qualquer preço - a História comprova - é uma bomba-relógio que explode, em geral, no colo da parcela menos favorecida da população.

Falta também conscientização - não apenas da população em geral, mas também dos agentes públicos - a respeito da profunda relação entre biodiversidade e crescimento econômico. Os defensores do crescimento econômico a qualquer preço devem ser os primeiros a entender que destruir o ambiente tem custos, e custos altíssimos. Segundo documento oficial resultante da Convenção de Biodiversidade Biológica, realizada no ano passado na Alemanha, a perda da biodiversidade custaria de 6% a 7% do produto mundial ao ano, até 2050.

Quanto mais pobre o país, maior o impacto negativo dessa lógica. Ter consciência é, portanto, fundamental para começar a resolver o problema. Foi assim em janeiro de 1999, quando a maxidesvalorização do real pôs em risco o futuro da nossa moeda. A população e o governo controlaram os gastos. Isso resultou em fatores positivos para que o Plano Real continuasse sua marcha vitoriosa.

O mesmo aconteceu nos processos de racionamento de energia, em função da irregularidade pluviométrica que enfrentamos entre os anos de 2001 e 2002. A população foi fundamental para o sucesso das medidas de racionalização do uso da energia e, por fim, retirou-nos da crise.

Creio que, diante de mais um desafio, o povo brasileiro não se recusará às exigências da nova dinâmica mundial, apesar de estarmos falando de alterações profundas na vida do nosso país.

A redução dos níveis de consumo e desperdício, a reutilização de produtos como embalagens de vidro e cascos de bebidas, a reciclagem de materiais, papéis e plásticos, a partir da coleta seletiva do lixo, são apenas algumas das medidas que cada um pode, individualmente, tomar para contribuir para o quadro mais amplo do combate às mudanças climáticas.

Certa feita, o então presidente Fernando Henrique Cardoso disse: "Não haverá desenvolvimento algum no futuro se continuarmos a agir predatoriamente." E ele não se referia apenas ao Brasil, mas a todas as nações do planeta. As alterações climáticas nos ameaçam. Não descuidemos, portanto, de todas as dimensões dessa que é a grande questão deste início do século 21.

Desmate perde peso em produção de CO2 – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 26/08/2009

O desmatamento deixou de responder por 75% das emissões brasileiras de gases-estufa. Números a serem divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente indicam que, em 2008, o corte de florestas contribuiu com cerca de um terço do gás carbônico que o país emitiu.

Os dados ainda são preliminares e não têm pretensão de serem completos como os do inventário nacional de emissões, que ficará pronto no final do ano -e que tem uma defasagem de quase dez anos.

Mas eles mostram que o ritmo de desmatamento caiu, enquanto as emissões da agricultura e do setor industrial subiram. Na Amazônia, por exemplo, as emissões por desmatamento em 2008 foram de cerca de 460 milhões de toneladas de CO2, contra 550 milhões em 1994.

No setor industrial, que inclui transportes e geração de energia, as emissões passaram de 230 milhões para 375 milhões de toneladas, mostra cálculo feito pela Folha a partir de dados da organização sem fins lucrativos Economia & Energia, que faz o balanço de carbono nacional (www.ecen.com).

"O que era dois terços não permaneceu assim", disse à Folha Tasso Azevedo, consultor do Ministério do Meio Ambiente. Segundo ele, a proporção hoje está provavelmente mais próxima de um terço para florestas, um terço para indústria e um terço para agricultura.

Ninguém sabe realmente quanto o Brasil emite, já que o único inventário disponível hoje é de 15 anos atrás.

Ontem o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) prometeu para amanhã a divulgação dos

dados dos setores industrial, elétrico e de transportes.
A mudança no perfil de emissões tem causado preocupação no governo, que neste momento se prepara para definir a meta de corte que o país apresentará na conferência do clima de Copenhague, em dezembro.
O Itamaraty já declarou que o Brasil apresentará uma trajetória de emissões que represente um desvio do cenário atual -ou seja, que tenha um "viés de queda". A trajetória está sendo calculada. Espera-se que outros países desobrigados de metas pelo Protocolo de Kyoto façam a mesma coisa.
Assim, as emissões poderiam até continuar a crescer até 2020, mas num ritmo menor ao que seria se nada fosse feito. Após 2020, elas deveriam cair.
A maneira mais fácil de fazer isso no Brasil é reduzir o desmatamento. Isso tem a vantagem de produzir uma redução significativa das emissões brasileiras enquanto outros países ainda teriam emissões crescentes. O problema é que após 2020, zerado o desmate, o país ainda ficará com uma curva de emissões ascendente no setor energético -especialmente na área de petróleo, com a exploração do pré-sal.
Como a matriz energética nacional é limpa, isso deixa o Brasil numa situação parecida com a do Japão, país que já usa energia de forma muito eficiente. Em ambos os casos, cortar emissões adicionais implicará em custos altos. E aqui o governo brasileiro vê nas metas uma ameaça ao desenvolvimento.
"A proposta de trajetória do Brasil deve ser diferente da de outros países", disse Azevedo.

Pecuária gera 44% das emissões - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Agronegócios- 27/08/2009

A pecuária na Amazônia responde por algo próximo a 44% das emissões de gases-estufa do Brasil. O dado do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) projeta que o desmatamento representa 55% das emissões brasileiras e que a fatia do boi pastando na região corresponde a 80% deste total. Para corrigir a rota até agora bem pouco sustentável do setor, está em curso um movimento de rastreabilidade da cadeia produtiva e certificação, além de cenários de recuperação das áreas onde não há mais floresta e até o pasto empobreceu.

"A pecuária cresceu muito na região, com desmatamento, e como esta situação não é mais tolerável, temos que imaginar o que vai acontecer com a atividade no futuro" disse ontem o pesquisador Paulo Barreto, do Imazon, no workshop internacional sobre "Soluções para o desmatamento e emissões de gases de efeito estufa causadas pela expansão da pecuária", em São Paulo. O próximo passo, segundo ele, é o governo dar condições ao setor

que facilitem a regularização fundiária, ambiental e social. É preciso mais governabilidade - exemplifica com a Secretaria do Meio Ambiente do Pará que fica em Belém e deve ter atuação maior no interior do Estado - e transparência nos órgãos envolvidos em dar sustentabilidade à cadeia produtiva.

A situação do gado na Amazônia é uma contínua caixa de surpresas. A região responde por 36% das pastagens do país, 35% do rebanho e 35% da produção de carne. Mas segundo dados de Judson Ferreira Valentim, chefe geral da Embrapa-Acre, apenas 4,6% das 18.489 propriedades do Estado têm mais de 1.500 cabeças de gado. "A pecuária é a caderneta de poupança da Amazônia", diz ele. "É uma atividade de preço estável, baixo risco, fonte de leite para famílias, meio de transporte. Vamos ter que pensar o que fazer com este grande contingente de pessoas", alertou Valentim.

Nas suas estimativas existem 57 milhões de hectares de áreas de pastagens na Amazônia. Deste total, 23,4 milhões de hectares têm baixa produtividade e estão em estágio de severa degradação. "Quanto mais cedo o produtor enfrentar a degradação, menor o custo", aconselha. O capim branchiara não se adaptou muito bem à região e foi morrendo. A Embrapa estudou três cenários e estimou custos para a recuperação das pastagens. A opção mais barata usa um sistema de recuperação mecanizado e é de algo ao redor de R$ 602,00 por hectare; no horizonte mais caro, que exigirá herbicidas, adubação e retirada de tocos de árvores, o valor sobe para R$ 891,00. O sistema manual é bem mais barato (R$ 196,00 por hectare), inclui a adubação natural com a introdução de espécies como amendoim, que ajudam a enriquecer o solo, mas exige mais tempo.

Havia 160 inscritos no workshop entre representantes dos grandes frigoríficos (Friboi, Marfrig, Independente, Berton e Minerva), bancos (BNDES, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Santander e Rabobank), além de associações de criadores, ambientalistas e pesquisadores. A ideia era aprofundar a sintonia entre quem financia o gado na Amazônia, quem produz e quem compra, explica Roberto Smeraldi, diretor da Amigos da Terra Amazônia Brasileira, que organizou o evento junto com Greenpeace, Imazon, Aliança da Terra, National Wildlife Federation e Forest Footprint Disclosure. "São ações que podem acontecer imediatamente dentro da cadeia sem precisar regulamentação do governo", diz Smeraldi.

Os supermercados implantam um programa que exigirá certificação dos produtos para serem incluídos nas compras. A iniciativa, liderada pelo WalMart, Pão de Açúcar e Carrefour começa a se espalhar pelas 50 maiores empresas varejistas do p

Contag discute o papel da agricultura na redução do efeito estufa – Sítio eletrônico da Contag - 28/08/2009

A vice-presidente da Contag, Alessandra Lunas, participou, nessa quinta-feira (27), do seminário As contribuições da agricultura brasileira para a redução do aquecimento global, promovido pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.

O objetivo do seminário é contribuir para a construção do posicionamento do governo brasileiro na 15° Conferência do Clima das Nações Unidas, que acontecerá em dezembro, na cidade de Copenhague, Dinamarca. A conferência é uma tentativa de traçar acordo global para definir estratégias de redução dos gases de efeito estufa, após 2012, quando termina a primeira etapa do Protocolo de Kyoto.

Para Alessandra Lunas, a redução na emissão de carbono depende de mudança no modelo de produção. "Hoje, por mais que queiramos fazer produção sustentável, temos problemas de incentivo, de crédito, que leva os agricultores familiares para o outro lado".

Por isso, a Contag vem discutindo, na mudança do novo Código Florestal, temas como o pagamento por serviços ambientais. "O reflorestamento e a preservação de áreas verdes requer preço alto, difícil de ser custeado, principalmente pelos agricultores familiares", diz Alessandra. "Porém acreditamos que a produção com preservação ambiental é possível. A preservação da biodiversidade e da água é um compromisso da agricultura familiar", completou.

Alessandra Lunas participou da primeira mesa de debates, cujo tema foi Emissões por desmatamento, compensação financeiras para a produção e comércio "limpos" de produtos agropecuários e florestais na Amazônia e possibilidades de tecnologias agrícolas ambientalmente amigáveis com a manutenção da produtividade.

Fonte: Iara Balduino, Agência Contag de Notícias

Governo estudo criar bolsa-floresta – Lizandra Paraguassú – Estado de São Paulo – Vida & - 28/08/2009

O governo federal poderá pagar para quem mantiver a floresta amazônica em pé. Uma proposta apresentada por consultores do Ministério do Meio Ambiente (MMA) à equipe econômica, esta semana, criará uma espécie de mercado nacional de carbono, com um valor mínimo para cada tonelada de emissão evitada no País. Com isso, famílias, cooperativas e grupos que preservarem terão direito a um recurso, uma espécie de bolsa-floresta, por prestação de serviços ambientais.

Veja também:

- **Amazônia desmatada tem 20% de regeneração**

O argumento é que a floresta em pé tem um valor que pode ser calculado pelo que ela deixa de emitir de CO^2 e quem a preserva pode receber por isso e ainda saber de antemão com qual recurso contará. A ideia base, preparada para o MMA pelo engenheiro florestal Tasso Azevedo, está sendo discutida com o Ministério da Fazenda.

"A intenção é simplificar muito o processo. Um sistema de transferência de recursos como esse pode empoderar quem está lá na ponta, gerindo a floresta", explica Tasso. A proposta parte da ideia da criação de um estoque nacional de carbono não emitido. Cada tonelada teria um valor mínimo, a ser calculado pelo governo, que seria revertido a quem preservou.

Isso não significa que o governo teria que pagar a todos que deixassem de desmatar. Ao final de um ano, uma empresa ou associação que tivesse um crédito poderia vendê-lo em um futuro mercado internacional de créditos de carbono, se obtivesse um preço além do mínimo estabelecido pelo governo. Mas, uma família que dificilmente teria acesso sozinha a esse mercado também poderia receber pela preservação.

Um exemplo pode ser uma família de assentados no interior da Amazônia. Na proposta preparada pelo MMA, se ela mantiver a área de mata nativa intacta na sua propriedade, terá direito, no final de um ano, a um valor determinado que poderá ser transferido, por exemplo, por um cartão magnético do tipo usado no Bolsa-Família.

A proposta apresentada à equipe econômica mantém, também, a ideia de um valor mínimo a ser recebido pela família que preservar, independentemente do tamanho da terra que possui. Isso seria o equivalente a 400 toneladas de carbono, um crédito mínimo que, se for mantido o preço usado para cálculo, de R$ 10, poderia representar R$ 4 mil ao final de um ano. A cada hectare desmatado, no entanto, o proprietário da terra receberia um pouco

menos desse valor.

Custo baixo

O custo da proposta certamente não pode ser considerado alto. Azevedo calcula que, se o desmatamento da Amazônia fosse zerado com o programa, seria necessário investir R$ 4 bilhões ao ano (caso seja mantido o valor de R$ 10).

No entanto, a expectativa é que o gasto fique em torno de R$ 400 milhões - cerca de 5% do que é gasto por ano com o programa Bolsa-Família. Além disso, o próprio governo poderia revender esses créditos em um mercado internacional de carbono e reaver os recursos.

Um dos maiores entraves é a regularização fundiária na Amazônia, algo que ainda não se conseguiu resolver. Boa parte das terras da região ainda é, na teoria, pública, mas está tomada por grileiros e tem um emaranhado legal que faz com que seja difícil encontrar a origem de certificados de posse de terra. Para preservar será preciso, primeiro, legalizar.

Gás emitido pela agricultura ameaça camada de ozônio – Folha de São Paulo – ciência – 28/08/2009

Parece piada, mas não é: a maior ameaça à camada de ozônio da Terra no século 21 é o gás hilariante. Conhecido oficialmente como óxido nitroso (N2O), esse gás produzido principalmente pela agricultura e pelas queimadas já ultrapassou os clorofluorcarbonos, os infames CFCs, como principal agente de destruição do ozônio.
A conclusão é de um estudo realizado por três pesquisadores da Noaa (Agência Nacional de Oceanos e Atmosfera dos EUA) e publicado ontem no site do periódico "Science".
O químico Akkihebbal Ravishankara e seus colegas John Daniel e Robert Portmann calcularam pela primeira vez o potencial de aniquilação de ozônio do N2O. Eles concluíram que, embora ele seja baixo comparado ao dos CFCs, as emissões crescentes de óxido nitroso por seres humanos compensam esse fator, e em 2050 esse gás sozinho representaria 30% do potencial de destruição da camada de ozônio que todos os CFCs (e há dezenas desses gases) somados em seu pico, nos anos 1980.
O papel dos CFCs e do N2O na destruição do ozônio é conhecido desde meados da década de 1970, quando os químicos Mario Molina, Sherry Rowland e Paul Crutzen elucidaram a maneira como esses gases reagem com o ozônio na estratosfera. Mas ele só se tornou motivo de pânico global em 1985, quando pesquisadores britânicos descobriram um buraco sazonal na camada de ozônio sobre a Antártida.

Como o ozônio estratosférico protege a Terra da radiação ultravioleta do Sol -permitindo que a Terra seja habitável-, sua destruição demandava ação imediata. Em 1987 as Nações Unidas assinaram o Protocolo de Montréal, que baniu a produção de CFCs. O gás hilariante, porém, ficou de fora.
"Esse gás é muito estável na atmosfera, e pode durar centenas de anos, o que aumenta nossa responsabilidade no controle das emissões", disse à Folha Paulo Artaxo, especialista em química atmosférica da USP e membro do IPCC, o painel do clima da ONU. Pior ainda, continua Artaxo, "temos o forte efeito do N2O como gás de efeito estufa, que também terá de ser regulado".
Ravishankara e seus colegas afirmam que, embora o gás hilariante não tenha impacto sobre o ozônio antártico, ele dificulta a recuperação da camada de ozônio global, que já foi reduzida em 6%, em média.

Revisão triplica custo estimado de adaptação – Folha de São Paulo – Ciência – 28/08/2009

O custo com que o planeta terá de arcar para se adaptar ao aquecimento global depois de 2030 deve estar entre o dobro e o triplo da previsão oficial, diz um novo relatório. A estimativa da Convenção do Clima da ONU -um gasto anual de US$ 40 bilhões a US$ 170 bilhões- pode, portanto, ter de ser revista para mais de US$ 500 bilhões, afirma o trabalho.
O valor se refere a problemas como o custo de construção de barreiras contra a subida do nível do mar e a perda de produtividade agrícola com o calor. O novo estudo foi feito por um grupo liderado por Martin Parry, do Imperial College de Londres. Os números oficiais haviam sido calculados às pressas em 2007, diz o cientista, e só agora foi possível publicar uma revisão detalhada.
Segundo o novo documento, assinado também por cientistas do Instituto Internacional de Ambiente e Desenvolvimento, as estimativas de custo de adaptação divulgadas pela ONU haviam omitido fatores importantes. O potencial impacto da mudança climática nos ecossistemas, na energia, na indústria, no comércio e no turismo estava sendo subavaliado, dizem.

Floresta volta em 20% da área derrubada – Claudio Angelo e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – ciência – 29/08/2009

O primeiro mapa da regeneração florestal na Amazônia traz uma notícia boa e outra má. A boa é que 20% de tudo o que foi desmatado na região entre 1988 e 2007 se recuperou, formando matas secundárias (capoeiras). A má é que essas matas secundárias têm meia-vida curta: em menos de cinco anos metade da área regenerada volta a virar lavoura e pasto.

Assim, dos estimados 132 mil km2 de florestas secundárias que existiam na região em 2006, 60 mil terão sido reconvertidos em 2011. Segundo o pesquisador do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) que elaborou a estimativa, entender a dinâmica de perda e ganho dessas capoeiras é crucial para saber quais são as reais emissões de CO2 do Brasil por desmatamento: afinal, enquanto se regenera, a floresta sequestra carbono do ar. O atual inventário brasileiro de emissões considera uma regeneração de 12%.

Os cálculos sobre a regeneração foram feitos por Claudio Almeida, diretor do Centro Regional da Amazônia do Inpe, inaugurado ontem em Belém.

São estimativas ainda preliminares, feitas com base em 26 imagens de satélite (cenas) do Prodes, o sistema de sensoriamento remoto que calcula a taxa oficial de desmatamento. "Vamos concluir até novembro um levantamento de porta a porta, com quanto entrou e quanto saiu [se perdeu] de vegetação secundária em 2008", disse Almeida à **Folha**. O dado deverá vir acompanhado de uma estimativa de quanto carbono essas novas vegetações conseguem absorver, em comparação com o que é emitido pelo corte raso.

Tapete amarelo

O Prodes mapeia desde o fim dos anos 1980 a perda de floresta na Amazônia, mas ninguém sabe direito o que acontece com a vegetação depois. "A gente não olha mais para a cena depois que ela entra no tapete amarelo", diz Almeida. "Tapete amarelo" é como os técnicos do Inpe chamam as áreas desmatadas, marcadas nos mapas do Prodes com essa cor.

O primeiro mergulho no tapete amarelo tem revelado um ciclo de abandono e retomada das pastagens. "Num dado momento, o proprietário fica descapitalizado e abandona o pasto. Dali a três, quatro anos, ele vende a área e o pasto é limpo de novo, ou ele mesmo refaz a pastagem", afirma o cientista.

Ontem Almeida divulgou os dados de regeneração para Amapá, Mato Grosso e Pará. Mato Grosso detém o pior índice. Cerca de 11% dos 201,7 mil km2 derrubados no Estado voltaram a ter algum tipo de floresta. No Pará, foram 22%, dos 233,4 mil km2 desmatados. No Amapá, um quarto (ou 25%) dos 2.440,3 km 2 destruídos pelo homem se regenerou.

Segundo Paulo Barreto, do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), os números são positivos. "Se você considerar que as áreas foram desmatadas para serem

usadas, é bastante coisa", diz.
Segundo ele, as diferenças regionais se devem aos fatores econômicos e naturais que limitaram o desenvolvimento da pecuária ou da agricultura.
Ainda não se sabe o estágio dessas florestas secundárias, nem há por enquanto a diferenciação entre reflorestamento e crescimento natural.
As informações devem ser captadas ao longo do levantamento, que se tornará anual. Com ele, será possível aferir, além da regeneração florestal, quais áreas se tornaram pastos e quais são lavouras. Hoje, o dado é compilado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mas com base só em declarações dos fazendeiros. É tido como inexato.

Pará não consegue impedir avanço do desmatamento – Afra Balazina - Estado de São Paulo – Vida & - 30/08/2009

Mato Grosso, Estado que era considerado campeão em desmatamento da floresta amazônica, saiu dos holofotes. Agora, as atenções se voltam para o Pará. Os municípios de Novo Progresso e Altamira, principalmente, estão pegando fogo - os inúmeros focos de incêndio têm levado apreensão ao governo federal. "O desmatamento se concentrou próximo à BR-163, que sempre foi complicada. O Inpe mostrou em seus dois últimos levantamentos que a região tem o maior desmatamento da Amazônia", afirma o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente).

Dados obtidos pelo Estado corroboram a preocupação. Em agosto (até sexta-feira passada), foram registrados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) 2.410 focos em Altamira e 1.820 em Novo Progresso. Só em julho, segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Altamira teve 131 km² de desflorestamento e Novo Progresso, 59 km² - são, respectivamente, campeão e vice na lista de desmatadores da Amazônia do mês. As áreas equivalem aos territórios de Americana e Águas de Lindoia (SP).

Os números mostram ainda que, em um só mês, Altamira ultrapassou o desmatamento acumulado entre agosto de 2008 e junho de 2009, quando foram ceifados 94 km² de floresta. Para Novo Progresso, o dado também é alarmante, se for levado em conta que, entre agosto de 2008 e junho deste ano, o município perdeu 146 km² de matas.

Gilberto Câmara, diretor do Inpe, explica que nesta época do ano os dados de queimadas da Amazônia têm uma boa correlação com os de desmatamento. "Estão queimando o que foi desmatado", conclui.

O Inpe mostra em tempo real, pela internet, os focos de incêndio pelo País. As imagens

também ajudam o Ibama a atuar em campo. "Teoricamente, como é possível saber na hora o que está acontecendo, pode ser tomada uma medida imediatamente", afirma Alberto Setzer, pesquisador do Inpe responsável pelo monitoramento das queimadas via satélite.

PERFIL

O Imazon monitora o desmatamento de forma independente do governo. Mas tanto Inpe quanto Imazon concordam que o Pará merece atenção e que está havendo uma alteração no perfil do desmate. As análises indicam que o corte de floresta está mais relacionado com a luta pela posse da terra do que com as commodities. "Não se trata de terra para o setor produtivo", diz Adalberto Veríssimo, pesquisador do Imazon.

Para Câmara, o problema pode estar relacionado à medida provisória 458, que trata da regularização fundiária da Amazônia e foi apelidada de "MP da Grilagem" por ambientalistas. Sancionada em junho, ela abre a possibilidade para que posseiros formalizem juridicamente seu direito às propriedades e prevê, por exemplo, a doação das terras quem possua até 100 hectares e uma cobrança simbólica para propriedades de até 400 hectares. A justificativa para a medida é que, com a regularização, será mais fácil fiscalizar e punir quem desmatar.

MUDANÇA DE RUMO

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Pará (Sema) tem consciência do desafio que precisa enfrentar. "A frente do desmatamento se deslocou de Mato Grosso em direção ao Pará. Aqui se diz que, se o Pará fracassar nesse combate, os criminosos seguirão para o Estado do Amazonas. É o perigo que ronda a floresta", informa a secretaria por meio de nota.

A pasta afirma que o Estado tem investido em seu reaparelhamento. "O dinheiro obtido com leilões públicos de madeiras ilegais apreendidas pelo Ibama e pela Sema nos dois últimos anos e meio tem se destinado a reconstruir a secretaria para as atuações em campo em um Estado continental."

PAC derruba áreas de conservação ambiental – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil - 30/08/2009

A quantidade de áreas destinadas pelo governo Lula a unidades de conservação ambiental caiu quase pela metade, coincidentemente, a partir da criação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), em janeiro de 2007.
Sob o programa, selo do governo para obras de infraestrutura, como rodovias e usinas

hidrelétricas, a média diária é de 6.700 hectares destinados a unidades ambientais, contra a média de 13.000 hectares registrada entre 2003 e 2006.
Segundo levantamento da Folha em decretos presidenciais publicados no "Diário Oficial da União", essa queda não coincide apenas com a implementação do PAC, mas também com a desgastante reta final da gestão da ex-ministra Marina Silva (Meio Ambiente) e de todo o período de seu sucessor e atual chefe da pasta, Carlos Minc.
Marina pediu demissão em maio do ano passado. A senadora deixou o cargo reclamando de dificuldades na condução da agenda ambiental. Um dos atritos ocorreu com a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), numa pressão para acelerar a concessão de licenças de usinas hidrelétricas do rio Madeira -obras que fazem parte do PAC.
Esse filme se repete agora com Minc. Em maio, o ministro reclamou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que as licenças concedidas pela área ambiental não estavam sendo compensadas com a criação de unidades de conservação. Ele citou a falta de um "tratamento harmônico".
Entre 2003 e 2006, Lula assinou decretos que destinaram 19,1 milhões de hectares a unidades de conservação -reservas extrativistas, florestas e parques nacionais, estações ecológicas, reservas biológicas e áreas de proteção. De 2007 até hoje, foram destinados 6,3 milhões de hectares para essas unidades.
A alegada falta de prestígio da área ambiental, admitida pelo próprio ministro, é reforçada com o volume de unidades de conservação empacadas na burocracia oficial. São 14 processos concluídos pelo Meio Ambiente, num total de 959 mil hectares, mas que ainda dependem do aval de outras áreas do governo. Nove deles (800 mil ha) estão na Casa Civil.
O selo do PAC trouxe a busca pelo cumprimento de prazos para grandes obras, acompanhada, desde o início da crise do ano passado, da preocupação do governo federal em acelerar projetos para gerar mais empregos e, mais do que isso, elevar o PIB (Produto Interno Bruto) do país.
Procurada pela reportagem, a assessoria de Dilma Rousseff, pré-candidata petista para a disputa presidencial de 2010, informa que o processo de criação de novas áreas de conservação não tem relação com o PAC (leia texto ao lado).
João de Deus, diretor do Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, afirma que hoje está fisicamente mais complicado criar novas áreas, pois as propostas de unidades ambientais têm coincidido com outros interesses do governo federal, como a pesquisa e a extração mineral, o aproveitamento hidrelétrico e a exploração de gás e de petróleo.

Vanguarda do clima – Sítio Eletrônico da CNA – 31/08/2009

UM GRUPO de 22 grandes empresas nacionais expostas à competição global tomou a dianteira no debate sobre a mudança climática. Da Andrade Gutierrez à Votorantim,

pesos pesados lançaram uma carta aberta cobrando posição mais arrojada do governo federal para a Conferência de Copenhague, em dezembro.

A reunião será a 15ª dos países que integram a Convenção do Clima, de 1992. É o prazo final para que se adote um tratado substituto ao Protocolo de Kyoto (1997), que fracassou no objetivo de reduzir a poluição aceleradora do aquecimento global. Teme-se que Copenhague fique aquém do que seria necessário para sanar as deficiências de Kyoto.

Em causa estão emissões dos gases do efeito estufa, como o CO2. Eles são produzidos por vários setores: energia, indústria, transportes, agricultura e desmatamento, entre os principais. Os compostos engrossam um cobertor invisível na atmosfera, aquecendo-a globalmente.

A temperatura média já se elevou 0,7C em dois séculos. Para evitar que ultrapasse a barreira dos 2C, considerada perigosa para a estabilidade do clima planetário, pesquisadores estimam que seria preciso cortar até 40% das emissões antes do ano 2020.

O governo brasileiro reluta em adotar compromissos de reduzir emissões, por temer que o custo do esforço comprometa o desenvolvimento. Nações mais ricas foram e são as maiores emissoras -portanto deveriam responder pelo maior esforço.

Os empresários, porém, encaram com pragmatismo esses cálculos sobre o futuro: Mesmo que os países desenvolvidos reduzissem imediatamente a zero suas emissões, não seria possível alcançar a meta global de redução sem uma participação das economias emergentes.

O tema espinhoso da conferência de dezembro será a redução de emissões por desmatamento e degradação de florestas, conhecida como Redd (ao apodrecer ou queimar, a madeira lança CO2 no ar). Redd é uma maneira barata de reduzir emissões, pois restringe só atividades predatórias, como a pecuária extensiva de baixa rentabilidade.

O Brasil poderia obter bons recursos no mercado mundial de carbono, pois vem reduzindo o desflorestamento. Brasília, contudo, aceita apenas doações voluntárias como compensação pelo desmatamento evitado. Resiste a converter o ativo em créditos negociáveis, argumentando que países ricos se safariam de suas obrigações pagando pouco pelo direito de poluir (créditos de carbono Redd que inundariam o mercado).

Para impedir o desvio, bastaria acordar um teto para os créditos Redd. Por exemplo, 10% do total de reduções. Para usufruir desse mercado, o Brasil precisaria recalcular quanto produz, hoje, de poluição com desmatamento.

Os dados disponíveis indicam três quartos das emissões brasileiras, mas são de 1994. O novo inventário nacional é postergado ano após ano. A parcela do desmate deve ser hoje bem menor, mas isso significa que emissões pela queima de petróleo crescem mais que as de outras fontes, algo que o governo prefere não ver explicitado.

* Editorial do Jornal Folha de S. Paulo desta Segunda-Feira - 31/08/2009.

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio

CNPq actionaid CIRAD IICA nead Ministério do Desenvolvimento Agrário BRASIL GOVERNO FEDERAL